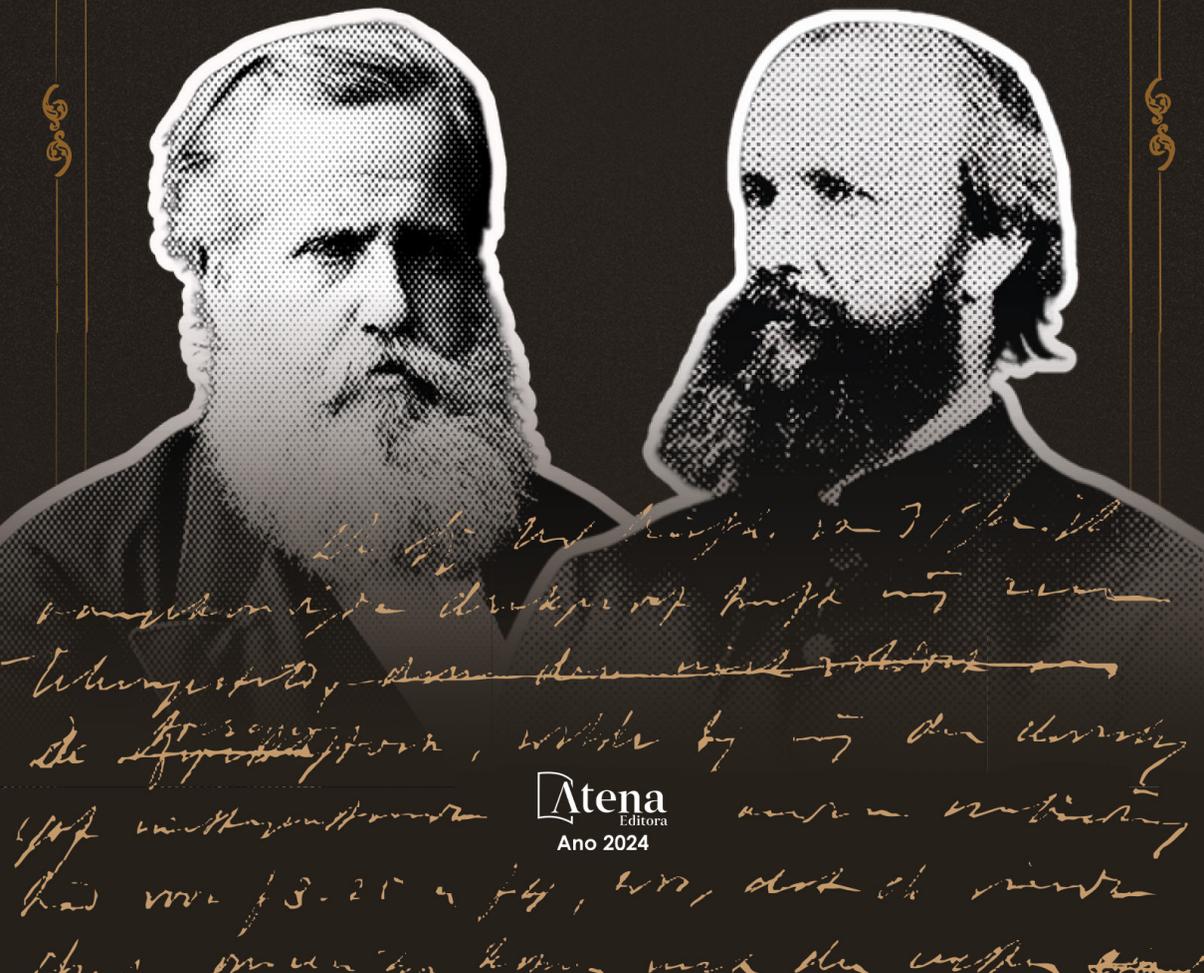


Acyr de Gerone Junior

O Imperador e o Missionário

A amizade de D. Pedro II e J. C. Fletcher
registrada em cartas e diários

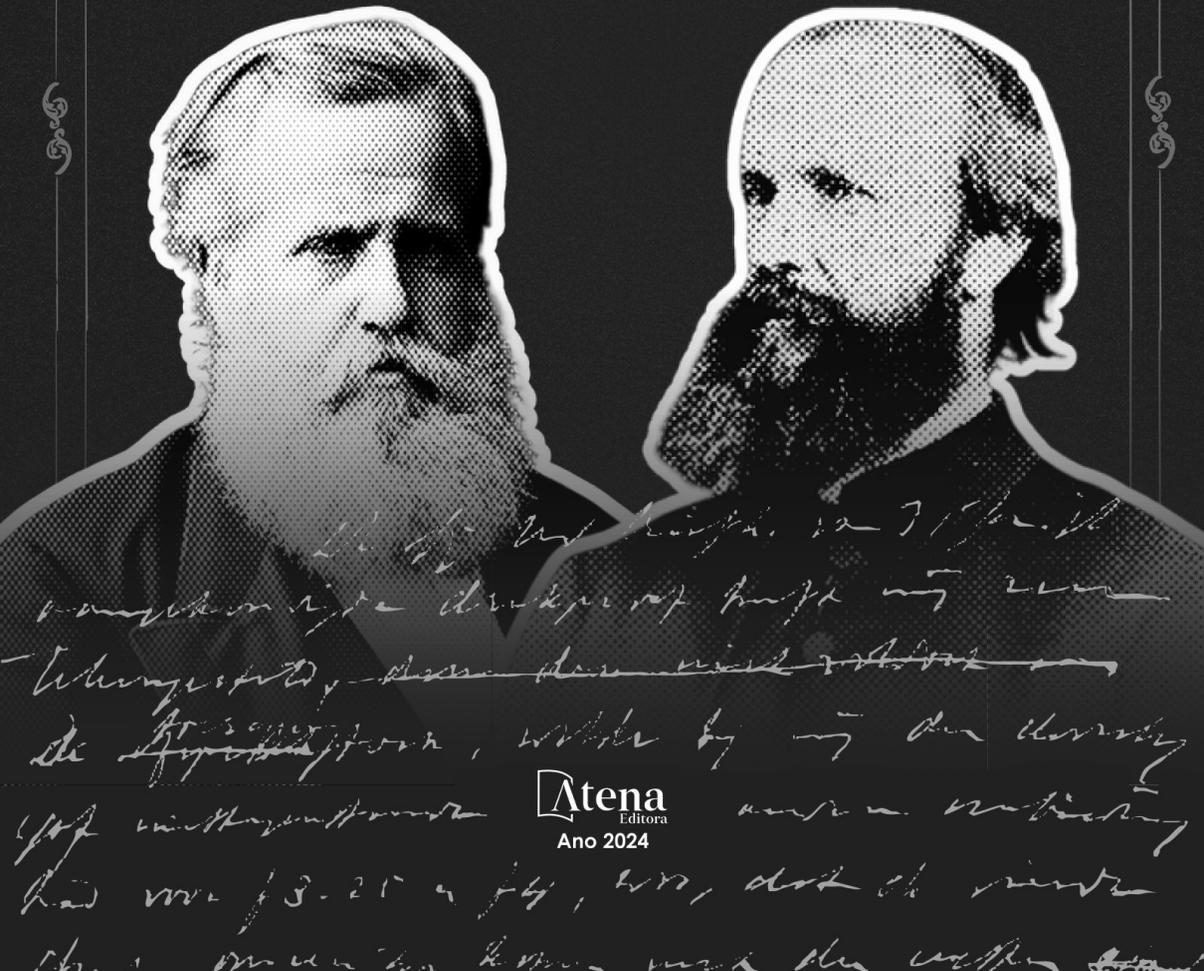


Atena
Editora
Ano 2024

Acyr de Gerone Junior

O Imperador e o Missionário

A amizade de D. Pedro II e J. C. Fletcher
registrada em cartas e diários



Atena
Editora
Ano 2024

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Capa

Isabella Arevalo de Gerone

2024 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2024 O autor

Copyright da edição © 2024 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelo autor.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do autor, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos ao autor, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Aline Alves Ribeiro – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Profª Drª Eufemia Figueroa Corrales – Universidad de Oriente: Santiago de Cuba
 Profª Drª Fernanda Pereira Martins – Instituto Federal do Amapá
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto – Universidade de Pernambuco
 Prof. Dr. João Paulo Roberti Junior – Universidade Federal de Santa Catarina
 Prof. Dr. Jodeylson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lisbeth Infante Ruiz – Universidad de Holguín
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Profª Drª Mônica Aparecida Bortolotti – Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanesa Bárbara Fernández Bereau – Universidad de Cienfuegos

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Vanessa Freitag de Araújo – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

O imperador e o missionário: a amizade de D. Pedro II e J. C. Fletcher registrada em cartas e diários

Diagramação: Nataly Evilin Gayde
Correção: Jeniffer dos Santos
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: O autor
Autor: Acyr de Gerone Junior

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
G377	<p>Gerone Junior, Acyr de O imperador e o missionário: a amizade de D. Pedro II e J. C. Fletcher registrada em cartas e diários / Acyr de Gerone Junior. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-2746-9 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.469243007</p> <p>1. Missões. 2. Bíblia. 3. Pedro II, Imperador do Brasil, 1825-1891. 4. Fletcher, James Cooley, 1823. I. Gerone Junior, Acyr de. II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 266</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil
 Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DO AUTOR

O autor desta obra: 1. Atesta não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao conteúdo publicado; 2. Declara que participou ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certifica que o texto publicado está completamente isento de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirma a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhece ter informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autoriza a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

DEDICATÓRIA

A todos os desbravadores da fé protestante no Brasil dos séculos XIX-XX.

A Deus;

À minha esposa (Tânia), filhos (Acyr Neto e Isabella) e amigos que contribuíram nesta jornada de pesquisa;

À Sociedade Bíblica do Brasil (SBB), instituição em que trabalho e que me fez amar a Bíblia e sua história;

Ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP);

Ao Prof. Lauri Emílio Wirth, supervisor do estágio de pós-doutorado na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP);

À Isabella, minha filha querida, que elaborou com muita criatividade e dedicação a capa dessa obra. Dedico este pequeno livro a você, com muito carinho!

Ao querido amigo, Abimael Pereira, que traduziu as cartas de Fletcher, facilitando a minha pesquisa.

Nos primeiros anos da década de 2020, a Secretaria Regional da Sociedade Bíblica do Brasil (SBB) no Rio de Janeiro foi administrada pelo Rev. Acyr de Gerone Junior, pastor da Igreja Missionária Evangélica Maranata. Ele é bacharel em Teologia pelo Seminário Betânia de Curitiba e PUC-PR, mestre em Educação pela Universidade Federal do Pará, doutor em Teologia pela PUC-Rio, com pós-doutorado em Ciências da Religião pela UMESP.

Em 2022, o Rev. Acyr de Gerone Junior, um estudioso de história da religião, escreveu o livro *“Bíblia, Palavra de Deus na História”*, que revelou seus dons de escritor. E, agora, em 2024, como resultado de seu estágio de pós-doutorado, redige essa obra, *“O Imperador e o Missionário: a amizade de D. Pedro II e J. C. Fletcher registrada em cartas e diários”*. Trata-se de um estudo minucioso do relacionamento do missionário e diplomata James Cooley Fletcher (1823-1901) com o Imperador D. Pedro II.

James Cooley Fletcher veio para o Brasil em 1851, com 28 anos de idade, e recém casado com Henriette César Malan, para exercer as funções de missionário e capelão dos marinheiros. Em 1854, acumulou o cargo de secretário do Consul americano no Brasil, atividade que lhe permitiu conhecer muitas pessoas na corte brasileira, entre elas o imperador D. Pedro II, de quem se tornou amigo. Em 1854, Fletcher se tornou representante da Sociedade Bíblica Americana no Brasil e intensificou seus contatos com D. Pedro II, presenteando-o com livros dos seus escritores preferidos -- Webster, Hawthorne e Longfellow.

Em 1956, Fletcher retornou aos Estados Unidos para tratamento de saúde de sua esposa e lá escreveu, em parceria com o Rev. Daniel Parish Kidder, o livro *O Brasil e os Brasileiros*, que tornou seus autores famosos nos EUA. Lançada em 1857, a obra fez grande sucesso, sendo reeditada sete vezes. Nesse livro, os autores fazem elogios ao Brasil e apresentam D. Pedro II como um homem culto, esclarecido e bem informado.

Nos Estados Unidos, Fletcher morou em Massachusetts, cidade onde ficava a Universidade de Harvard, entrou em contato com o poeta Henry W. Longfellow e o naturalista Lous Agassiz e promoveu a aproximação deles com o imperador brasileiro. D. Pedro II passou então a se comunicar por carta com ambos e desse contato surgiu a ideia de o naturalista visitar o Brasil e do imperador visitar os Estados Unidos, o que realmente aconteceu.

A amizade de D. Pedro II com Fletcher, Agassiz e Longfellow, sua simpatia e admiração pelos Estados Unidos e seu amor à Bíblia mudaram o cenário para os evangélicos e as Sociedades Bíblicas no Brasil. Em 1876, ano da visita de D. Pedro II aos Estados Unidos, a Sociedade Bíblica Americana, que mantinha apenas um representante no Rio de Janeiro, abriu sua agência no Brasil e com isso a distribuição da Bíblia cresceu de maneira extraordinária no país. Líderes

religiosos que conheceram D. Pedro II afirmaram que ele tinha grande simpatia pela divulgação da Bíblia no Brasil.

Para escrever o livro “*O Imperador e o Missionário*”, o Rev. Acyr de Gerone Junior realizou uma pesquisa minuciosa sobre a amizade do missionário James Cooley Fletcher com o Imperador D. Pedro II, descobrindo detalhes inéditos sobre os encontros que tiveram e as cartas que trocaram, que contribuíram decisivamente para o bom relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos, o crescimento da distribuição da Bíblia no Brasil e a liberdade religiosa no país. Recomendamos a leitura deste livro pela importância do tema abordado, a profundidade da pesquisa e a redação precisa e agradável.

Rev. Luiz Antonio Giraldi

Ex-secretário executivo da Sociedade Bíblica do Brasil
Barueri (SP), 21 de maio de 2024.

INTRODUÇÃO	1
A CHEGADA DAS MISSÕES E DOS MISSIONÁRIOS PROTESTANTES AO BRASIL: ALGUMAS ESTRATÉGIAS DE PENETRAÇÃO E ATUAÇÃO.....	3
A chegada da Bíblia antes de qualquer protestantismo de missão	5
A ATUAÇÃO DE JAMES COOLEY FLETCHER NO BRASIL: ENTRE A DIPLOMACIA E A MISSÃO DE PROTESTANTIZAÇÃO BÍBLICA NO PAÍS.....	8
Fletcher e sua missão religiosa-diplomática no Brasil	8
Fletcher e o desenvolvimento de relacionamentos estratégicos no Brasil.....	17
A obra ' <i>O Brasil e os brasileiros: esboços históricos e descritivos</i> ' e a sua relação com a missão diplomática de Fletcher	19
O diplomático Fletcher e a sua defesa e aproximação de D. Pedro II.....	23
A RELAÇÃO DE JAMES COOLEY FLETCHER COM O IMPERADOR: AS MENÇÕES NO DIÁRIO PESSOAL E AS CARTAS TROCADAS COM D. PEDRO II.....	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS	38
SOBRE O AUTOR	41

INTRODUÇÃO

A história da atuação dos protestantes de missão que chegaram ao Brasil no século XIX é marcada por estratégias e ênfases diferentes. Ainda que alguns nomes sejam bem conhecidos e notórios historicamente, outros passam de forma despercebida em razão de não haver uma profusão significativa e relevante de pesquisas sobre eles e o trabalho que desenvolveram. Entre estes, tem-se o missionário James Cooley Fletcher, que exerceu uma função diplomática em representação dos EUA no Brasil, andou pelos mais altos círculos do poder no Período Imperial e, de certa forma, contribuiu com a implantação das missões protestantes no País (HAHN, 2011). Essa realidade está descrita em algumas obras de história eclesial que registram o início da fé protestante no Brasil.

Concomitantemente, para além dos registros de historiadores, há um conjunto de documentos autógrafos produzidos por alguns personagens e pelo próprio Imperador do Brasil, D. Pedro II, que demonstra o interesse e a relação do monarca brasileiro com a intelectualidade e a cultura norte-americana no século XIX – entre eles, Fletcher. Ao que parece, D. Pedro II tinha uma certa “predileção ou afeição pela cultura, língua e literatura desenvolvida nos Estados Unidos” (MAFRA, 2022, p. 195). Há, ainda, o diário pessoal do Imperador que, igualmente, evidencia algumas das relações estabelecidas por seu autor com a intelectualidade do período, por meio de contatos com pessoas das mais diversas áreas da sociedade.

Caracterizados como fonte primária, esses registros materiais são abundantes, e parte deles tem recebido a análise de pesquisadores que estão estimulados a conhecer e analisar as atividades e os interesses de D. Pedro II (MAFRA, 2022). Entre outros, neste acervo documental, existem correspondências enviadas de Fletcher para D. Pedro II. São exatamente esses documentos que constituem o foco de investigação desta obra. Afinal, essas cartas até já foram mencionadas por alguns poucos pesquisadores, porém, ainda não foram analisadas (salvo um exame aqui ou acolá, apenas com o propósito de confirmar a existência dos relacionamentos de D. Pedro II com os seus amigos estadunidenses). Não diferentemente, as menções que o monarca brasileiro faz a Fletcher em seu diário – ainda que escassas – sequer são mencionadas nas principais obras investigadas.

Portanto, constata-se que, analisar a atuação de Fletcher no Brasil – tanto em seu aspecto diplomático quanto em seu caráter missionário – constitui uma área de estudo ainda não significativamente pesquisada. Não obstante, a afirmação realizada por Vieira (1980) há mais de quarenta anos continua sendo uma verdade: Fletcher é muito citado, mas pouco investigado. Tal perspectiva é reforçada mais recentemente por Rosi (2013, p. 63) ao dizer que “Fletcher continua sendo mencionado em trabalhos acadêmicos, mas de maneira bastante pontual e nem sempre acurada”.

Este é um fato que precisa ser alterado, afinal, o estudo da atuação do missionário estadunidense revela um trabalho incomum desenvolvido por ele, que, inclusive, pode ter

decorrido de caminhos abertos por seus predecessores no campo missionário brasileiro. Talvez, mais que isso, o relacionamento entre Fletcher e D. Pedro II ocupe um hiato na biografia bem explorada do Imperador – entre os historiadores tradicionais – e uma lacuna na história de Fletcher – entre os historiadores eclesiásticos. Assim sendo, a importância do relacionamento entre ambos e os possíveis benefícios resultantes desta proximidade é incompreensivelmente ignorada.

Nesse sentido, esta pesquisa pretende analisar como se deu a atuação missionária e diplomática do missionário James Cooley Fletcher no Brasil, principalmente a partir da relação de amizade entre o missionário estadunidense e o Imperador brasileiro, conforme registrado em documentos (cartas e diários). No primeiro capítulo, procura-se descrever como foi a chegada do protestantismo de missão no País e quais foram suas principais estratégias de atuação e penetração. No segundo capítulo, ressalta-se a vinda de Fletcher para o Brasil e como ele desenvolveu sua missão de uma maneira não tão tradicional dentro da ênfase conversionista das missões protestantes do século XIX. Por fim, no último capítulo, analisam-se as cartas de Fletcher a D. Pedro II e as menções que o monarca faz ao missionário em seu diário.

A opção metodológica dessa pesquisa se fundamenta em revisão de literatura. Foram utilizadas como base as produções teóricas que discorrem sobre o tema a partir do caráter histórico, sociológico ou missiológico. Todas elas estão relacionadas nas referências bibliográficas, ao final da obra. Além disso, em uma necessária mudança de metodologia, na terceira parte deste livro, faz-se uma análise dos assuntos de interesse presentes nas cartas e no diário supramencionados. Esse processo de análise e interpretação busca identificar os aspectos mais relevantes e explícitos no diálogo entre ambos. Para tanto, opta-se pela técnica metodológica da Análise de Conteúdo de Bardin (2011) que, por meio de um processo de categorização dos dados, auxilia para uma melhor percepção, descrição e interpretação do conteúdo investigado.

Vale ressaltar essa pesquisa foi desenvolvida como requisito parcial do Estágio de Pós-doutorado do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), concluída em 2024, sob supervisão do Prof. Dr. Lauri Emilio Wirth. A partir dos resultados deste estudo, espera-se contribuir com um conhecimento mais aprofundado sobre a história da chegada do protestantismo de missão no Brasil, em especial a partir do trabalho diplomático e missionário que foi realizado por James Cooley Fletcher.

A CHEGADA DAS MISSÕES E DOS MISSIONÁRIOS PROTESTANTES AO BRASIL: ALGUMAS ESTRATÉGIAS DE PENETRAÇÃO E ATUAÇÃO

A vinda dos missionários protestantes para o Brasil foi marcada por estratégias específicas, para além da evangelização e implantação de igrejas. Essas estratégias caracterizaram o período, indicando que, mesmo em ramos denominacionais distintos, advindos de contextos históricos específicos, e em períodos de ação diferentes, a forma de agir, pregar e implantar a fé protestante foi semelhante entre todos.

Além disso, a tentativa de se ‘protestanizar’ a nação, que era uma antiga colônia católica portuguesa, foi facilitada pelo liberalismo político e religioso que rondava o País e o mundo àquela época, e que, por aqui, perdeu, pelo menos, desde a Independência até a Proclamação da República. De fato, pressupostos sociais, políticos, religiosos e culturais contribuíram de forma significativa para que a fé protestante chegasse ao Brasil. Do mesmo modo, algumas circunstâncias vinculados aos ideais do iluminismo, do positivismo, do abolicionismo, do republicanismo, do reformismo religioso (jansenismo e regalismo¹) e da maçonaria cooperaram para que o protestantismo encontrasse espaço no país e conseguisse nele se estabelecer de forma definitiva, como bem descrevem Vieira (1980), Bastian (1990; 1990a) e Mendonça (2008).

Talvez, até pareça contraditório que algumas dessas correntes tenham tido tal contribuição. Porém, como afirma Mendonça (2008, p. 307), estes aspectos “tornaram-se aliados importantes da teologia protestante quando forneceram instrumental para que se pudesse ir ao encontro de novos anseios de ordem social”. Sob essa ótica, tanto na visão dos estadunidenses como na percepção de outros que, no Brasil, tinham seus próprios interesses, o que se almejava era um suposto progresso de uma sociedade latina que, na visão de alguns, era culturalmente inferior, em comparação com a cultura anglo-saxônica (WIRTH, 2008). Portanto, para estes, o que importava era o progresso de uma sociedade atrasada até então.

É verdade que já havia certa liberdade para a entrada dos protestantes desde o período do governo de D. João VI (1808-1821), algo que, mesmo não sendo comum para um país oficialmente católico como Portugal e para a sua colônia brasileira, foi privilegiado

1. O jansenismo constitui um conjunto de princípios defendidos por Cornélio Jansênio (1585—1638), bispo de Ypres, que, com base nos ensinamentos de Agostinho, dá ênfase na predestinação, rejeita o livre-arbítrio e sustenta que a natureza humana é incapaz do bem por si só. Para alguns, era uma espécie de calvinismo no meio católico. Hahn (2011) destaca que o jansenismo contribuiu com a ação protestante no Brasil em três níveis: necessidade de uma vida piedosa, apreço pelas Escrituras e independência de Roma. Por sua vez, o regalismo, que foi muito forte no Brasil, fundamentava-se no direito de os reis interferirem em questões religiosas que, em tese, deveriam ser decididas pelo papa. Isso ocorria principalmente por meio do sistema de padroado, quando a Igreja Católica outorgava a um governante civil alguns níveis de controle sobre uma igreja nacional, como gratidão por seu comprometimento cristão e como estímulo para futuros benefícios em favor da Igreja. Para Matos (2011, p. 7), “durante o longo reinado de Pedro II, a igreja não passou de um departamento do governo”.

pela Abertura dos Portos promovida aos ingleses quando a Família Real chegou ao Brasil - escoltada pelos britânicos, na fuga das tropas francesas de Napoleão que ocuparam Lisboa.

Durante o governo de D. Pedro I (1822—1831) também ocorreram importantes avanços, como a promulgação da ‘Constituição Brasileira de 1824’ que, a despeito de conservar o Catolicismo como a religião oficial do Estado, possibilitou a prática do culto não católico na colônia, afirmou a liberdade de expressão e de publicação de textos, proibindo qualquer perseguição por motivos religiosos no Brasil. A restrição mantida apenas proibia a construção de templos com aparência de igreja e o proselitismo com brasileiros; porém, em ambos os casos, os missionários não cumpriram tais exigências.

Após o retorno de D. Pedro I para Portugal e passado o Período Regencial, o governo de seu sucessor, D. Pedro II (1840—1889), foi ainda mais aberto aos protestantes e relativamente pouco amigável à Igreja Católica da época. Aliás, os embates entre governo e igreja marcaram boa parte do período final do monarca. Nesse sentido, “Bispos e padres temiam uma invasão protestante em solo católico; e a elite, aliada a políticos progressistas (e a padres maçons), apoiava as ideias modernizadoras dos protestantes contra o retrógrado modelo papista ultramontano” (SOUZA, 2018, p. 70). Havia, portanto, um espírito anticatólico que uniu os missionários protestantes a movimentos e personagens brasileiros guiados por um mesmo propósito.

Não obstante, o projeto de imigração implementado por D. Pedro I e desenvolvido por D. Pedro II em busca de imigrantes europeus e norte-americanos, respectivamente, também abriu espaço para que protestantes migrassem para o País, não só para trabalhar, mas também para exercer a fé. Léonard (2002) acrescenta que era de países protestantes, de maneira suposta mais evoluídos, que D. Pedro II esperava maior imigração. Nessa perspectiva, a migração de estrangeiros para o Brasil, um país com dimensões continentais que precisava progredir e se desenvolver, era cada vez mais necessária. Em 1859, por exemplo, o Brasil tinha cerca de 10 milhões de habitantes, e o Rio de Janeiro, capital do Império, não passava de 250 mil (CÉSAR, 2000, p. 86).

Em síntese, pode-se dizer que a ação dos missionários se baseou em estratégias de ofensiva ao *status quo* de caráter religioso e social que havia no País. Ela se desenvolveu por meio do surgimento de polêmicas contra o catolicismo (uma religião aparentemente enfraquecida² nos aspectos moral, político e religioso), por meio de ações proselitistas (evangelização do povo brasileiro), por meio do incentivo à educação³, por meio da

2. Vieira (1980) e Mendonça (2008) afirmam que os missionários constataram um catolicismo brasileiro que, apesar de hegemônico, era sincretista, secularizado e de uma religiosidade “vazia e superficial”, bem semelhante ao que os reformadores encontraram na época da Reforma Protestante na Europa. Matos (2011, p. 3) afirma que “o catolicismo popular era culturalmente forte, mas débil nos planos espiritual e ético”. Por sua vez, a pregação dos protestantes apresentava uma religião ética e moralmente fortalecida, bem como doutrinariamente firmada na Bíblia, afirmando ser o protestantismo uma melhor alternativa, isto é, “uma religião verdadeira”.

3. Vieira (1980) lembra que Fletcher e Buckner fundaram uma escola no Bairro da Saúde, no Rio de Janeiro, RJ e intencionaram introduzir livros escolares dos EUA no País.

distribuição de Bíblias e materiais impressos (artigos em jornais, livros, panfletos etc.) e por meio do relacionamento diplomático intencional com autoridades do País (a fim de garantir a proteção e conquistar o direito de se exercer a fé). Ainda que todos esses aspectos tenham a sua relevância, apenas os dois últimos se relacionam com a temática ora proposta.

A CHEGADA DA BÍBLIA ANTES DE QUALQUER PROTESTANTISMO DE MISSÃO

É praticamente impossível falar da chegada do protestantismo no Brasil sem considerar a propagação das Escrituras Sagradas. Essa realidade é, na maioria das vezes, ignorada nos relatos históricos tradicionais (e exclusivistas) de muitas denominações, conforme aponta Duncan Reily (2003). De fato, muito antes de qualquer missão protestante se estabelecer no Brasil, a Bíblia já era disseminada pelos agentes, colportores ou apoiadores das Sociedades Bíblicas Britânica e Americana, que viajavam para o Brasil.

César reforça essa tese quando destaca que “entre a chegada dos primeiros exemplares da Bíblia (1814) e a chegada do primeiro missionário protestante, cujo ministério não foi interrompido (1855), há um espaço de 41 anos” (CÉSAR, 2000, p. 70). Hahn segue o mesmo raciocínio, quando lembra que, por volta de 1878,

Bíblias e Novos Testamentos eram vendidos, distribuídos e doados em muitos lugares do Brasil onde os missionários ainda não haviam chegado. Centenas e milhares de pessoas receberam a Bíblia, leram-na e compreenderam o suficiente para desejar um culto tal qual escrito em suas páginas. Formaram-se pequenas congregações leigas para ler e estudar esse livro antes mesmo de que qualquer ministro ordenado chegasse (HAHN, 2011, p. 274).

A Bíblia, portanto, chegou antes, e o que deve se destacar neste caso é o fato de que “a liberdade para vender e distribuir Bíblias por parte dos agentes das sociedades bíblicas estrangeiras, bem antes da chegada e estabelecimento das missões protestantes, constituiu-se num fator ponderável da estratégia protestante de penetração” (MENDONÇA, 2008, p. 44). Com essa premissa, pode-se pressupor que as missões protestantes não teriam tanto êxito se o trabalho bíblico não tivesse entrado antes pelas cidades e pelas regiões rurais do Brasil.

Historicamente, desde a abertura dos portos às nações amigas (1808), as Sociedades Bíblicas Britânica e Americana enviaram Escrituras para atender anglicanos e luteranos. Mas não somente eles. Nesse período, Léonard, por exemplo, lembra de “comerciantes em viagem que colocavam caixas de Escrituras à disposição de quem as desejasse (deixando-as mesmo, algumas vezes, pura e simplesmente abertas nas alfândegas)” (LÉONARD, 2002, p. 48.).

É claro, porém que, posteriormente, as Sociedades Bíblicas passaram a servir também aos missionários denominacionais que aqui chegaram e que desejavam dar a Bíblia aos brasileiros. Aliás, muitos missionários, pelo fato de não conseguirem recursos com suas juntas missionárias denominacionais estrangeiras, trabalharam como agentes

oficiais das Sociedades Bíblicas no Brasil, para, assim, conseguirem o próprio sustento. Já outros, mantinham bom relacionamento, colaborando com as Sociedades Bíblicas e distribuindo Bíblias pelo país, conforme destaca Gerone Junior (2022).

Entre os vários nomes que marcaram a trajetória missionária de protestantização do Brasil, destacam-se Justus Spaulding, J. J. Ransom e Hugh C. Tucker (metodistas), Ashbel Green Simonton e Alexander Latimer Blackford (presbiterianos), Robert Reid Kalley e João Manoel Gonçalves dos Santos (congregacionais), William Buck Bagby (batista), Richard Corfield (anglicano) e Richard Holden e William Campbell Brown (episcopais). A historiografia eclesiástica protestante tem discorrido de forma significativa sobre eles.

No início, através de uma estratégia missionária de penetração não tradicional, alguns missionários não objetivaram primordialmente a implantação de igrejas e também não se limitaram apenas ao aspecto conversionista na obra de evangelização, como os reverendos Daniel P. Kidder (metodista) e James Cooley Fletcher (presbiteriano) que, aliás, precederam os missionários historicamente conhecidos. De fato, estes últimos, além de iniciarem relacionamentos estratégicos com autoridades e com pessoas influentes que pudessem garantir a presença protestante no Brasil, também tiveram por objetivo a propagação do Livro Sagrado entre o povo tupiniquim, demonstrando que um possível progresso – sob os moldes norte-americanos – também poderia alcançar a sociedade brasileira.

Tal ênfase existia devido à própria realidade do país à época. Como bem lembra César (2000, p. 58), “a Bíblia era propriedade dos padres e de mais alguns poucos privilegiados. A censura proibia a posse e a circulação de livros religiosos sem a aprovação da autoridade eclesiástica”. Por isso, os relatos da época registram o quanto a população estava sedenta da Palavra de Deus, e os missionários aproveitaram a oportunidade, distribuindo as Escrituras nas traduções de Figueiredo (versão católica) e, posteriormente, de Almeida (versão protestante).

Um destaque à parte deve ser registrado. Em um país tão grande como o Brasil, não seria fácil realizar a distribuição de Bíblias, de forma que alcançasse todo o seu território. Por conta disso, os colportores⁴ desempenharam um trabalho que marcou a história do protestantismo no país. A colportagem era realizada por pessoas que distribuíam Bíblias de casa em casa, de mão em mão, de forma bem semelhante ao que fazia um vendedor ambulante com qualquer outro produto.

Eles foram pioneiros e desbravadores, que adentraram o interior do país ou realizaram seu trabalho nos centros urbanos, enfrentando perigo e perseguição. Em certa ocasião, por exemplo, chegou a ser criada em Recife uma “Liga contra os protestantes”, acompanhada de fogueiras para as supostas “Bíblias falsas” (GERONE JUNIOR, 2022). De fato, durante muito tempo, as Bíblias, consideradas falsas ou falsificadas, foram publicamente queimadas.

4. Termo de origem francesa que faz referência à bolsa de livros que o distribuidor ambulante de Bíblias pendurava no pescoço durante suas viagens.

Muitas vezes, os colportores se viam sem transporte, sem comunicação, sem recursos e sem condições adequadas, viajando com muita dificuldade, sozinhos ou acompanhados, mas distantes de seus familiares. Eles dedicaram parte significativa de sua vida à doação, troca ou venda de Bíblias nos lugares mais longínquos do Brasil.

Em pouco mais de 70 anos, entre a chegada dos primeiros protestantes e o fim do período do Império, a distribuição de Bíblias passou de algo praticamente inexistente para números antes inimagináveis. Giraldi destaca essa realidade com base no registro de atas das duas Sociedades Bíblicas que atuaram no Brasil, as quais “distribuíram, juntas, cerca de um milhão de Escrituras” (GIRALDI, 2012, p. 128). De fato, foi uma grande contribuição, que abriu portas ao protestantismo de missão, visto que, em muitos lugares em que os missionários chegaram para pregar, já havia um grupo reunido em torno da Bíblia. Léonard reitera tal afirmativa, quando diz que “são numerosos os exemplos de conversões individuais e mesmo de formação de comunidade protestante através só da Bíblia, sem nenhuma intervenção de missionários” (LÉONARD, 2002, p. 97).

Portanto, não há como negar que a propagação das Escrituras Sagradas constituiu um fator estratégico e diferenciado no protestantismo brasileiro. É por isso que, ancorados nos valores da Bíblia Sagrada e nos resultados que ela já presumivelmente havia trazido aos países protestantes de outras regiões do mundo, “os missionários tornaram-se símbolos do progresso que os dirigentes liberais buscavam na Europa e nos EUA” (ROSI, 2009, p. 19). Nesse sentido, como bem afirma Wirth, fica evidente que

o protestantismo de missão atribuirá à propagação do protestantismo um caráter civilizacional, não necessariamente vinculado à ideia de Estado ou Nação cristã, mas na medida em que concebe a chamada evangelização, inclusive dos adeptos do catolicismo, como estratégia de integração subordinada dos povos colonizados à cultura anglo-saxônica (WIRTH, 2008, p. 116).

Como se constata, para estes missionários estadunidenses – bem provavelmente influenciados pela ‘Doutrina Monroe’⁵ e pelo “Destino Manifesto”⁶ –, os ideais de uma nação protestante anglo-saxã, marcada pelos valores da Bíblia Sagrada, era o que se fazia necessário ao Brasil, uma nação católica e latina, considera por eles como um país inferior. Esses pressupostos, portanto, marcaram e conduziram a chegada protestante no País e, por sua vez, como se constatará, esse viés estará presente no trabalho de Fletcher.

5. Como bem resume Miguez Bonino sobre esse tema, “o presidente Monroe havia definido em 1823 sua doutrina, resumida na expressão ‘a América para os americanos’, depois de diversas vacilações e supostamente como proteção contra o risco de que a Europa - consolidada da restauração de 1814 - pretendesse recuperar posições na América Latina. Seguramente, entretanto, a doutrina tinha um significado mais amplo: a reivindicação da América Latina como um espaço de segurança, controle político e hegemonia comercial dos Estados Unidos” (MIGUEZ BONINO, 2002, p. 14).

6. O ‘Destino Manifesto’ foi uma crença predominante nos Estados Unidos da América no século XIX – em especial entre 1812 e 1860 – em que se acreditava que os EUA tinham uma missão especial e predestinada de expandir seu território para o Oeste do país. Por sua vez, como assevera Miguez Bonino (2002, p.14), “por volta de meados do século, porém, o velho lema do ‘destino manifesto’ é interpretado como critério da relação com os vizinhos do sul”.

A ATUAÇÃO DE JAMES COOLEY FLETCHER NO BRASIL: ENTRE A DIPLOMACIA E A MISSÃO DE PROTESTANTIZAÇÃO BÍBLICA NO PAÍS

Entre os missionários que chegaram ao Brasil no Período Imperial – alguns já relacionados acima, esta obra focaliza e descreve o trabalho realizado por James Cooley Fletcher. A biografia desse missionário pode ser melhor conhecida a partir da obra publicada por ele, em parceria com Daniel Parish Kidder, ‘*O Brasil e os brasileiros*’ (KIDDER; FLETCHER, 1941a; 1941b) e por algumas obras que, em certos momentos, discorrem sobre sua vida e missão, como, por exemplo, Giraldi (2009, 2012), Vieira (1980), Oliveira (2013), Rosi (2013), entre outros. Nos próximos parágrafos, uma síntese biográfica de Fletcher será apresentada a partir das produções teóricas aqui oferecidas.

James Cooley Fletcher foi um missionário presbiteriano que nasceu em 1823, na cidade de Indianápolis, estado de Indiana, nos Estados Unidos da América. Após graduar-se em 1846, Fletcher decidiu ser pastor e foi estudar por dois anos no Seminário de Princeton. Depois, com o desejo de se dedicar à obra missionária no Haiti, foi para a Europa aprender o francês. Em 1849 casou-se com Henriette, em Genebra, e em 1850 retornou aos EUA. No ano seguinte, foi ordenado ao ministério pastoral da Igreja Presbiteriana.

Logo depois, Fletcher veio para o Brasil e por aqui ficou até 1865, com breves e esparsas interrupções em que teve que voltar aos Estados Unidos. Depois de sua partida do Brasil, Fletcher atuou como cônsul de seu país na cidade do Porto, em Portugal, entre 1869 e 1873. E entre 1873 e 1890, atuou como missionário da *American and Foreign Christian Union* em Nápoles, na Itália. Contudo, como bem lembra Rosi (2013), mesmo na Europa, Fletcher continuou trabalhando e palestrando a favor do Brasil e de D. Pedro II. A partir de 1891, Fletcher se mudou para Los Angeles, estado da Califórnia, nos EUA, onde continuou a exercer seu ministério em uma pequena igreja, vindo a falecer em 1901, com 78 anos de idade.

FLETCHER E SUA MISSÃO RELIGIOSA-DIPLOMÁTICA NO BRASIL

A importância de James Cooley Fletcher para o protestantismo brasileiro é muitas vezes ignorada. Contudo, essa realidade não condiz com o trabalho que ele realizou no País. Giraldi (2012, p. 149) destaca que Fletcher foi “o primeiro missionário a exercer um trabalho permanente no Brasil”. De modo semelhante, Vieira (1980, p. 62) o define como o “pioneiro do trabalho protestante missionário no Brasil e um dos que, muito ativamente, contribuíram para o movimento de protestantização do Império e para a luta em favor da completa liberdade de culto”.

Apesar de inicialmente desejar ser missionário no Haiti, Fletcher optou pelo Brasil por influência do missionário e pastor metodista Daniel Parish Kidder que, em 1837, tinha sido “o primeiro representante no Brasil da Sociedade Bíblica Americana” (GIRALDI, 2009, p. 31¹). Kidder viajou pelo Brasil pregando o evangelho, distribuindo Bíblias e, na obra “*Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil*”, publicada em 1845 nos EUA, procurou descrever situações singulares a respeito da causa da Bíblia, relatando suas percepções sobre o povo brasileiro e sobre como era o País no período ainda incipiente da chegada do protestantismo de missão no Brasil.

Influenciado por Kidder, a missão de Fletcher no Brasil ocorreu entre os anos de 1852 e 1865, com breves interrupções que o levaram de volta ao seu país, tanto para cuidar da saúde de sua esposa como para realizar algumas atividades com o objetivo de “intensificar e diversificar sua campanha” a favor da aproximação entre Estados Unidos e Brasil (ROSI, 2013, p. 66).

Inicialmente, Fletcher foi enviado para o Brasil como representante da *American Seamen’s Friend Society*, exercendo a função de missionário capelão dos cerca de doze mil marinheiros² que passavam pelo porto do Rio de Janeiro à época. Ele descreve assim a sua função no Brasil:

Os esforços que tenho feito em relação aos marinheiros do Rio, de quando em vez, não foram inteiramente perdidos. A “*American Seamen’s Friend Society*”, nobre instituição, que levou a Igreja a todos os pontos do mundo para os norte-americanos e ingleses, estabeleceu uma capelania nesse porto. Há mais de vinte anos, nenhuma igreja foi construída, pois os regulamentos particulares do porto são tais que os navios têm que ancorar a certa distância da praia; daí ser usual realizar os serviços religiosos a bordo de vários navios surtos [ancorados] no porto. A flâmula de Belém, com o seu pombo branco, é hasteada no mastro principal e, quando desfraldada pelo vento, como o sino de uma igreja, embora mudo, pode chamar os duros marinheiros dos vários ancoradouros a comparecer ao tabernáculo flutuante, para aí juntarem seus *inos [sic]* de louvor, ou ouvirem, em distantes climas, as lições da verdade sagrada. Durante numerosos anos, foi minha missão, juntamente com outros deveres no litoral, exercer o posto de capelão americano. Era meu costume, quando o porto se achava em boas condições sanitárias, visitar os navios ingleses e norte-americanos todas as sextas-feiras, conversando com os oficiais, dando uma palavra de conselho aos marinheiros, e deixando em cada mão um aviso com o nome do navio em que a flâmula de Belém tremularia no domingo seguinte. Quando a febre amarela dominou, diariamente eu assistia aos doentes no hospital, e ia aos navios administrar o conforto do Evangelho, aos marinheiros doentes e moribundos (KIDDER; FLETCHER, 1941a, p. 227).

Suas atividades envolviam o cuidado pastoral, os ritos litúrgicos, o amparo aos marinheiros nos momentos difíceis de ausência do lar e de acometimento de doença nas terras estrangeiras, entre outros. E para além de dirigir cultos nos navios, visitar doentes

1. Tradução nossa.

2. Como era o único capelão na cidade, sua missão alcançou os marinheiros norte-americanos, ingleses e alemães que também passavam pelo Brasil. Em sua obra, Fletcher descreve a precariedade dos serviços religiosos disponibilizados aos milhares de marinheiros que por aqui passavam (KIDDER; FLETCHER, 1941a).

nas embarcações e nos hospitais, oficial batismos e casamentos, Fletcher também ansiava por “organizar uma congregação protestante na cidade” (GIRALDI, 2012, p. 150). Essa ideia começou a tomar forma com um pequeno grupo que se reuniu para ler a Bíblia, orar e realizar estudos na residência de Fletcher. Estratégica e intencionalmente, essas pessoas de diferentes nacionalidades começaram a distribuir Bíblias e literaturas evangelísticas em seus círculos de relacionamentos pelo País (REILY, 2003).

Depois de uma rápida viagem que fez aos EUA – em que continuou a trabalhar pela aproximação de ambos os países, como ressalta Rosi (2013), Fletcher voltou e recebeu uma incumbência maior. Ele descreve que:

em 1852, durante a ausência temporária do Sr. Fernand Coxe, secretário da legação dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, fui escolhido para ocupar o seu lugar. E, finalmente, depois da sua resignação, fui nomeado secretário efetivo (KIDDER; FLECTHER, 1941a, p. 272-273).

Como se percebe, diante de uma oportunidade singular, o missionário deixou de lado suas atividades como capelão para, então, se dedicar ao trabalho diplomático³. Neste cenário, Fletcher percebeu que sua missão poderia ser bem mais ampla, afinal, por meio de seu relacionamento com pessoas do alto círculo social brasileiro, o missionário vislumbrou uma diferente maneira de continuar a realizar sua missão e, de forma concomitante, contribuir em áreas religiosas e não religiosas⁴ da nação brasileira.

Não é objeto deste estudo se aprofundar neste quesito, afinal, outros, como Vieira (1980) e Rosi (2009, 2013) já o fizeram suficientemente bem. Neste ensaio, porém, destacam-se dois aspectos: um de caráter religioso, que trata da luta pela tolerância religiosa no País, e outro de caráter social, que aborda a questão da abolição da escravatura no Brasil.

O primeiro aspecto a ser considerado, atrelado ao que já afirmaram Vieira (1980), Ribeiro (1973) e Rossi (2009, 2013), foi a luta pela liberdade religiosa em um país que tentava conciliar fé protestante e tradição católica. Em seu trabalho diplomático, por meio de relacionamentos intencionais, Fletcher conseguiu contribuir nesse sentido. Não era uma busca de liberdade de culto; isso já existia. A luta pela liberdade religiosa envolvia questões mais conflituosas, causadas devido à presença protestante na organização social brasileira, como assevera Ribeiro (1973). O autor relaciona algumas áreas em que ainda havia a carência de se buscar a liberdade religiosa plena, a saber: sepultamentos, registros de nascimento, registros de casamento, liberdade de propaganda e participação política.

Não há em ‘*O Brasil e os Brasileiros*’ defesas sobre o assunto. Há apenas nomes de pessoas com as quais Fletcher tinha contatos e ideias convergentes sobre o tema. Nas cartas, vez por outra, um ou outro nome também aparece. Vieira (1980), por sua vez,

3. Vieira (1980) destaca que Fletcher retomou suas atividades como capelão após ser substituído em suas atividades diplomáticas em 1854, visto que teve sérios desentendimentos com William Trousdale (1853-1857), o novo Ministro Plenipotenciário dos Estados Unidos para o Brasil e Argentina. Fletcher, porém, logo teve que retornar para os EUA para tratar da saúde de sua esposa. Seu retorno ao Brasil se deu apenas em 1855 como representantes da *American Bible Society*.

4. Como bem lembra Rosi, paralelamente, “os missionários foram tomados por setores liberais da sociedade brasileira como reformadores sociais em potencial, ou ‘apóstolos do progresso’” (ROSI, 2009, p. 76).

descreveu, em três capítulos, uma pesquisa consistente sobre algumas amizades íntimas e duradouras que foram construídas por Fletcher e que, de certa forma, se relacionam com a luta pela liberdade religiosa. Para Viera (1980):

A vasta maioria daqueles a quem Fletcher escolheu para elogiar, parece ter sido, em quase todos os casos, membros de um grupo de indivíduos de tendência liberal que favoreciam causas que ele patrocinava, especialmente a causa da plena liberdade de culto (VIEIRA, 1981, p. 83).

No caso desta pauta comum sobre liberdade e tolerância religiosa, Vieira (1981) destaca os seguintes: (1) Deputado Francisco Leite de Bittencourt Sampaio (1807-1892), que era espírita e junto com Fletcher defenderam publicamente a liberdade religiosa; (2) Deputado e poeta Pedro Luiz Pereira de Sousa (1839-1884), que ficou conhecido por protestos contra as intromissões do clero, em 1866 (Fletcher fala brevemente dele a D. Pedro em algumas de suas cartas – duas em 1864 e uma em 1866); (3) Dr. Caetano Furquim de Almeida (1816-1879), que defendia a mais absoluta liberdade para todas as religiões; e, por fim, (4) Deputado Aureliano Cândido Tavares Bastos (1839-1875), talvez o mais importante entre tantos outros nomes no seu círculo de amigos.

A influência de Fletcher é perceptível em Tavares Bastos, a ponto de o missionário ser mencionado pelo deputado nas *Cartas do Solitário*⁵, um dos seus principais escritos. Entre vários assuntos, a liberdade religiosa e de cultos está presente. Aliás, Tavares Bastos é um protagonista desse tema naquele período. Fletcher o cita em suas obras e, de forma recíproca, Tavares Bastos o menciona em seu escrito. Esses aspectos apontam para uma convergência da pauta de liberdade religiosa, algo indispensável a Fletcher, com pessoas que publicamente defendiam a mesma causa. Talvez esse seja um dos aspectos principais de sua contribuição na inserção do protestantismo no Brasil, a ponto de Fletcher descrever na sua obra, em uma nota acrescida na edição de 1866, que “o atual Imperador se tem mostrado um partidário da tolerância” (KIDDER; FLETCHER, 1941a, p. 62).

O outro aspecto tem um caráter mais sociológico. Fletcher foi um defensor da abolição da escravidão e usou suas influências para defendê-la e incentivar outros a fazerem o mesmo. Na obra ‘*O Brasil e os brasileiros*’, Fletcher tem duas seções exclusivas sobre o assunto, intituladas “escravidão” e “em favor da liberdade”, e nelas o autor conta qual era o estado atual da escravidão no Brasil. Em certo momento ele assevera que “si (*sic*) um homem tiver liberdade, dinheiro e mérito, não importa de que côr (*sic*) seja a sua pele, não encontrará posição nenhuma que lhe seja recusada na sociedade” (KIDDER; FLETCHER, 1941a, p. 147). O missionário compara a realidade escravocrata dos EUA com a do Brasil e entende que, por aqui, “tudo era a favor da liberdade” e que escritos nesse sentido seriam desenvolvidos naquele período.

5. Uma coleção de cartas publicadas no Correio Mercantil por Aureliano Cândido Tavares Bastos, entre 1861 e 1862, que para publicá-las utilizava o pseudônimo de “O solitário”. Nelas, encontram-se cartas críticas tratando de assuntos como o tráfico de escravos, a legislação sobre os africanos livres, discussões sobre o Estado e a Igreja, liberdade religiosa e de cultos, navegação nos grandes rios brasileiros e demais assuntos concernentes à época.

Viera (1981), mais uma vez, relaciona os amigos de Fletcher que defendiam a liberdade dos escravos em sintonia com o missionário, tais quais: (1) Jornalista e deputado Francisco Otaviano de Almeida Rosa (1825-1889), que tinha contato com Fletcher e a legação estadunidense (era patrocinado por esta, talvez) e defendia uma postura radical antiescravagista na imprensa e na política; (2) Senador José Inácio Silveira da Mota (1807-1893), que foi um dos primeiros líderes antiescravagistas do país e que, junto com Fletcher, dedicava-se à distribuição de literatura contra a escravidão que era divulgada inclusive entre os políticos brasileiros; e, mais uma vez, por fim, (3) Deputado Aureliano Cândido Tavares Bastos (1839-1875) que escreveu cartas críticas tratando de assuntos como o tráfico de escravos e a legislação sobre os africanos livres. Como já se afirmou, Tavares Bastos e Fletcher citam-se reciprocamente, pois está certo de que desfrutavam de um bom relacionamento.

Em sua obra, aliás, Fletcher cita Tavares Bastos e Silveira da Mota como exemplos da luta em favor da libertação dos escravos:

As leis e o tratamento dos escravos melhoraram grandemente depois de 1850. Calcula-se que, pela emancipação espontânea, pela compra pelo escravo de sua própria liberdade, e pela emancipação dos que se chamam "africanos livres" (os capturados em navios negreiros e postos como aprendizes durante 14 anos), o número de escravos decresceu de um milhão, de modo que atualmente não chegam a 2 milhões. A escravidão está limitada principalmente às províncias marítimas centrais. Os negros emancipados não foram perdidos para o trabalho, como alguns defensores da escravidão nos quiseram (sic) dar a entender. De 1850 a 1860, inclusive, as grandes plantações tropicais de café, açúcar, algodão, e fumo, realmente aumentaram em mais de 30%. Um dos mais recentes e notáveis casos de alforria foi praticado pelo Imperador, que, por ocasião do casamento (16 de outubro de 1864) da Imperial Princesa com o Conde d'Eu, libertou os escravos que lhe cabiam por dote. O Sr. Silveira da Mota, senador por Goiaz (sic), tem-se mostrado um estadista esclarecido a esse respeito. Vem repetidamente apresentando projetos para limitar a escravidão, e na legislatura de 1865, depois da derrota dos denominados "Estados Confederados" da Norte América, seus esforços, com os do venerando

Senador Visconde de Jequitinhonha, trouxeram a questão mais fortemente aos olhos do povo brasileiro; e a escravidão (no caso da "instituição" ter durado mais tempo nos Estados Unidos) teria desaparecido em vinte anos sem legislação especial, e será sem dúvida tão restringida pela lei que se virá a extinguir em data muito próxima. A. C. Tavares Bastos, na Câmara dos Deputados, tem sido um perseverante defensor da emancipação. A solução tem muitos aspectos difíceis de resolver; os votos de todos os filantropos é para que os brasileiros tenham bastante sabedoria para que possam remover essa úlcera do seu organismo político (KIDDER; FLETCHER, 1941a, p. 154-155).

Esses aspectos evidenciam que, diferentemente da maioria dos missionários que vieram para o Brasil no período de implantação do protestantismo de missão, Fletcher resignificou sua ação missionária. Em sua concepção, seu trabalho deveria ter também

um viés social-civilizatório. Em uma carta escrita ao seu pai, o banqueiro Calvin Fletcher, ele afirmou que, por meio de suas novas funções diplomáticas, trabalharia para converter o Brasil ao evangelho e ao progresso, afinal, “para ele, o protestantismo equalizava-se ao desenvolvimento econômico, científico e tecnológico” (VIEIRA, 1980, p. 63). De fato, entre julho de 1852 e outubro de 1853, Fletcher se dedicou com afinco à essa missão.

Todavia, o momento ápice de seu trabalho diplomático se deu na ocasião em que Fletcher, como anfitrião de uma embarcação estadunidense, conheceu o Imperador D. Pedro II, em setembro de 1852, em uma visita que o monarca fez ao moderno navio que ancorou no porto do Rio de Janeiro, fazendo deste um encontro de encantamentos recíprocos. D. Pedro II se maravilhou com a modernização do navio e Fletcher se encantou com a inteligência e a simpatia do próprio D. Pedro II. Esse momento uniu as histórias de ambos e instigou um relacionamento amistoso que se estendeu por várias décadas.

Como se percebe, de maneira distinta aos outros missionários que vieram para o Brasil, Fletcher atrelou sua atuação a outras inúmeras atividades no País⁶. Rosi (2013), em um trabalho focado para a questão da diplomacia entre EUA e Brasil, destaca Fletcher como um missionário distinto daqueles que apenas buscavam a conversão, pois, de fato, ele também era um reformista social. E ainda que tais ações parecessem não ter relação direta com a sua missão, a verdade é que, em tudo o que realizou, Fletcher não perdeu de vista a sua vocação. Mais que isso, sua dedicação diplomática não prejudicou sua atuação missionária, antes, porém, parece ter contribuído com ela⁷, seja pelos relacionamentos que desenvolveu ou pelas portas que se abriram nos vários setores daquela que era vista, até então, como uma sociedade fechada e aparentemente atrasada.

Apesar disso, alguns missionários contemporâneos à Fletcher – como o próprio fundador do presbiterianismo no Brasil, o Rev. Ashbel Green Simonton, criticaram-no por um suposto abandono de sua missão evangelizadora em detrimento de sua ‘mundana’ dedicação diplomática, identificando-o como um estorvo religioso que deveria ser afastado

6. Fletcher foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e se dedicou ao estudo de Ciências Naturais. Entre 1862 e 1863, em representação da *American Sunday School Union*, Fletcher realizou uma viagem pelo Rio Amazonas, com o propósito de coletar material solicitado pelo Prof. Louis Agassiz. As contribuições resultantes desta viagem foram incorporadas à ‘Expedição Thayer’ e à subsequente publicação do livro intitulado ‘Geologia e Geografia Física do Brasil’ (1870), coordenada por Agassiz. Outra conquista de Fletcher foi a aprovação – tanto nos EUA como no Brasil – de uma linha de navio a vapor entre Rio de Janeiro e Nova Iorque, em 1865. Consta em seus feitos a participação como um dos fundadores da Sociedade Internacional de Imigração, 1866, com o objetivo de incentivar a imigração de estadunidenses para o Brasil. No aspecto social, uma grande contribuição de Fletcher ao Brasil se deu por meio do seu combate ao tráfico negreiro e à escravidão, entre 1865 e 1866, através de *lobbies* políticos e de publicações de artigos em jornais e em sua obra. No aspecto religioso, contribuiu na luta em favor da completa liberdade de culto no País. Por fim, alguns relatos históricos evidenciam sua participação e contribuição com a modernização de processos educacionais no Brasil e sua defesa do Brasil em jornais estadunidenses por vários anos (GIRALDI, 2009, 2012; ROSI, 2013). Uma das mais importantes defesas em favor do Brasil no estrangeiro se deu durante a Guerra do Paraguai (OLIVEIRA, 2013).

7. Seus contatos e relacionamentos intencionais, por exemplo, resultaram em um convite ao médico e missionário escocês Robert Kalley para vir ao Brasil. Kalley atendeu o convite, veio para o Brasil, fundou a Igreja Fluminense – primeira igreja com reconhecimento jurídico do País – e deu início ao congregacionalismo no Brasil. Ainda por meio de um pedido dele, as Sociedades Bíblicas abriram a primeira agência no Brasil, em 1856. Mesmo sob a rejeição e críticas de Simonton, Fletcher o ajudou na implantação da *Imprensa Evangélica*, o primeiro jornal evangélico do País. Ao que parece, essas diferenças foram amenizadas com o passar do tempo. Assim, como se percebe, a atuação de Fletcher é diversa e ampla, sempre resultante do contexto que o envolvia e das necessidades que ele vislumbrava (GUEIROS, 1980; ROSI, 2013). Esses aspectos também demonstram sua contribuição na inserção da fé protestante no País.

(VIEIRA, 1980). Há uma carta em que Fletcher demonstra ciência de tudo o que falavam a seu respeito e procura respondê-las:

Sei que alguns dizem que não é papel de um missionário se envolver em negócios. Mas eu tenho um objetivo mais elevado do que o mero interesse mercantil em favor do meu país. Eu acredito que a religião e o comércio são meios que, com a bênção de Deus, podem ser usados para promover os interesses mais nobres e mais altos da humanidade (FLETCHER, J. C. *In: Journal of Commerce, New York*, 6 de setembro de 1862, *apud* VIEIRA, 1980, p. 65).

Como se constata, para Fletcher, tais atividades não eram opostas ou paralelas ao seu trabalho missionário. Ao invés disso eram parte dele. Seu conceito do que era missão era mais amplo, afinal, para ele, “não havia conflito entre religião e comércio, religião e política” (OLIVEIRA, 2013, p. 33). Como bem lembra Giacomassi (2017), na análise dos vários modelos missionários do século XIX que atuaram no Brasil, havia uma pluralidade de objetivos e de motivações na atuação missionária e é claro que Fletcher destoava dos modelos mais tradicionais.

Vale ressaltar que as missões realizadas pelos anglo-saxões nesse período estavam enraizadas nos ideais da teoria designada por alguns historiadores da religião de ‘Destino Manifesto’, que nada mais era do que uma concepção messiânica que os caracterizavam como um povo especial e escolhido para transmitir ao mundo subdesenvolvido e pagão o modelo de uma civilização cristã perfeita (BOSCH, 2002; GIACOMASSI, 2017). Aliás, González (2005) ressalta que esse era o padrão de missão nos séculos XVIII e XIX. Assim, naturalmente, ‘religião e civilização’ eram partes integrantes na missão. De forma geral, havia:

Um pretoso caráter civilizador do protestantismo, que vincula a ideia de evangelização à propagação da cultura anglo-saxônica. Este pressuposto não questiona a legitimidade do catolicismo romano, mas o vincula invariavelmente a um suposto estágio inferior na evolução cultural da humanidade (WIRTH, 2008, p. 123).

Miguez Bonino (2002), refletindo a obra de Bastian (1990), tenta definir qual é o tipo de relação entre a chegada das missões protestantes na América Latina e os interesses estadunidenses. Ele rejeita o que Bastian (1990) chama de ‘hipótese conspirativa’, em que o ideal imperialista e neocolonizador estadunidense sobrepujasse o ideal missionário. Contudo, ele defende a ideia da existência de uma ‘hipótese associativa’ em que o protestantismo esteve entrelaçado com a expansão ideológica dos EUA, ao mesmo tempo em que encontrou, no Brasil, grupos com interesses convergentes, que imaginavam uma possível superação das condições sociais, religiosas, econômicas e políticas que existiam no País.

De fato, até hoje, na análise das missões que por aqui chegaram, discute-se essa intenção “civilizatória” dos estrangeiros em relação ao Brasil. Nessa perspectiva, González reflete algo parecido ao que disse Miguez Bonino (2002):

O século XIX, que foi a época da expansão das potências protestantes, foi também o período do grande avanço das missões protestantes. A relação entre os dois elementos, colonialismo e missões, é demasiado complexa (...). Não é totalmente exato dizer que os missionários foram agentes do colonialismo, pois, em algumas vezes, se opuseram a ele, e em muitíssimos casos criticaram as suas práticas. Tampouco é certo que a grande expansão missionária entrou pelas portas abertas pelo colonialismo, pois, se bem seja verdade que muitas vezes as colônias foram a porta de entrada para os missionários, também é verdade que houve lugares em que os missionários chegaram muito antes dos comerciantes e colonizadores e que, em muitos casos, as autoridades coloniais se opuseram à obra missionária (GONZÁLEZ, 2005, p. 122-123).

Essa percepção é também confirmada por Hutchison quando diz que:

Tanto as pessoas que insistem (como alguns apologistas da missão ainda fazem) que a motivação missionária era puramente religiosa quanto aquelas que, pelas mais diferentes razões, sustentam que a missão constitui unicamente uma questão de identidade ou expansionismo nacional não percebem que, muitíssimas vezes, os impulsos religiosos e os nacionais eram, basicamente, inseparáveis (HUTCHISON, 1987 apud BOSCH, 2002, p. 366).

De fato, um tipo de missão colonizadora marcou esse período. E também é certo que Fletcher pretendia implantar a fé protestante ao mesmo tempo que desejava trazer o progresso que essa fé – com base no modelo norte-americano protestante – poderia igualmente trazer ao Brasil. Portanto, será que havia em Fletcher um viés civilizatório?

A verdade é que o caso de Fletcher⁸ – e de outros missionários do mesmo período – constituem um grande desafio. Afinal, como definir rigorosamente a extensão deste pressuposto civilizatório? Em uma pesquisa *stricto sensu* de relações internacionais, sem caráter religioso, Rosi defende que “os missionários demonstraram um profundo interesse no Brasil antes que o Estado norte-americano tivesse um interesse análogo” (ROSI, 2009, p. 22). Isso também pode ser comprovado por Hill (1932) quando afirma que as relações diplomáticas e comerciais entre o Brasil e os EUA alternavam-se, durante boa parte do século XIX, entre extensos momentos de indiferença e abreviados períodos de tensão, sendo raros os momentos de interesse mútuo – como aqueles que ocorreram no período de penetração das missões protestantes.

Isto não quer dizer, porém, que as motivações missionárias de Fletcher, ainda que genuínas, não deixaram de refletir – intencionalmente ou não – o pressuposto missionário de sua terra natal, principalmente quando manifesta o desejo de trazer um hipotético progresso estadunidense para o Brasil e quando instiga os EUA a superarem a Inglaterra nos negócios com o Brasil, evidenciando muito da Doutrina Monroe, conforme se vê a seguir:

8. O Brasil em nenhum momento se tornou colônia dos EUA, ainda que, sem dúvida, houvesse, por parte do país norte-americano, a intenção de expandir os interesses comerciais estadunidenses para outras partes do mundo. Rosi (2009) destaca que a aproximação comercial definitiva do Brasil com os EUA se deu apenas a partir de 1888 e que avanços significativos surgiram bem mais tarde.

Em 1852, o segundo autor [Fletcher] da presente obra ficou tão impressionado com a evidência que testemunhou no Rio de que **o comércio do Brasil estava fugindo das mãos dos Estados Unidos**, que escreveu uma carta sobre o assunto ao “Jornal do Comércio” de Nova York, e, desde então, continuou a agitar na Imprensa a questão das comunicações a vapor entre os dois países, tratando-a também nas Câmaras de Comércio, em audiências públicas nos Estados Unidos, e em visitas ao Brasil, mantendo também correspondência com estadistas brasileiros, até que não se tornou mais necessário agitar o assunto (KIDDER; FLETCHER, 1941a, p. 223, grifo nosso).

Na percepção de Fletcher, a aproximação entre o seu país de origem e o seu país de missão resultaria em benefício para ambos. A oportunidade de enviar missionários e expandir negócios comerciais era o que Fletcher esperava dos EUA; do mesmo modo, para o Brasil, ele manifesta o anseio pelo mesmo crescimento espiritual e material que havia em sua pátria-mãe. Não há como discordar, portanto, que além dos propósitos missionários, as intenções comerciais, políticas etc. também estiveram presentes.

Não há indícios de que Fletcher tenha lucrado com tais conexões comerciais e, em alguns momentos, ele ressaltava que o que fizera resultava apenas do trabalho de um filantropo que queria o bem e o progresso de ambos os países. Isso fica claro em um parte da carta que escreveu para o “*New York Journal of Commerce*” e o “*Filadelfia Ledger*”, em 23 de maio de 1855:

Sns. EDITORES. “O motivo que me animou a empreender esse negócio foi simplesmente **o bem dos Estados Unidos e do Brasil**. Quando trabalhei durante vários anos, como missionário no Rio de Janeiro, **verifiquei haver grande ignorância a respeito do nosso país, seu progresso, e seus recursos de produção. Também descobri uma recíproca ignorância dos Estados Unidos a respeito do Brasil**”. (KIDDER; FLETCHER, 1941a, p. 277-278, grifo nosso)

Em certo momento ele chegou a afirmar: “não sou um comerciante, não estou aqui para este fim, não tenho interesses pecuniários de qualquer natureza no caso” (KIDDER; FLETCHER, 1941a, p. 284). Nesse sentido, também não se pode ignorar o fato de que Fletcher realmente passou a valorizar o Brasil e a desejar o seu desenvolvimento em todas as áreas possíveis. Esses aspectos parecem ser indissociáveis na conduta de Fletcher e, não por menos, sua missão deveria contemplar tanto a pregação quanto ação pelo progresso. Esses aspectos se entrelaçam quando, em certo momento, ele afirma que apenas quando o puro evangelho alcançar o coração dos brasileiros, o Brasil “será uma terra a todos os respeitos, não sobrepujada em toda a face da terra” (FLETCHER; KIDDER, 1941b, p. 126).

FLETCHER E O DESENVOLVIMENTO DE RELACIONAMENTOS ESTRATÉGICOS NO BRASIL

O trabalho desenvolvido com o objetivo de trazer o almejado progresso norte-americano ao País foi sendo realizado aos poucos, afinal, a missão de Fletcher foi se ampliando em suas interações pelo Brasil por meio das inúmeras atividades que realizou. Ressalte-se que mesmo depois de sua visão missionária ter sido expandida, Fletcher não deixou de pregar o evangelho, incentivar a implantação de igrejas ou mesmo distribuir Bíblias. Pelo contrário, mesmo depois de ter sido afastado da função diplomática de forma oficial, Fletcher passou a exercer outras atividades em cumprimento à sua missão.

Como exemplo, depois de um breve tempo nos EUA, o missionário retornou ao Brasil como representante oficial da Sociedade Bíblica Americana. Nessa missão, de 1854 a 1856, ele viajou pelas antigas províncias do Norte, Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil, percorrendo “cerca de cinco mil quilômetros, promovendo a distribuição das Escrituras Sagradas e pregando o evangelho” (GIRALDI, 2012, p. 155).

Em diversos momentos de sua obra, tanto no volume um quanto no volume dois, Fletcher compartilha experiências que obteve na distribuição da Bíblia, em quase todas as regiões do Brasil. Na maioria das vezes, ele ressalta o interesse das pessoas pelas Escrituras, como se constata no relato que fez de sua passagem pelo atual estado de Santa Catarina:

Nesse ínterim, um rumor correu pela vila que um estrangeiro chegara trazendo Bíblias, e quando voltei para a pequena casa de pensão, tive que atender tanto quanto podia aos visitantes. [...] Minhas Bíblias alemãs e Testamentos brasileiros foram logo esgotados (KIDDER; FLETCHER, 1941b, p. 37).

Esse relato exemplifica bem o desafio que foi difundir a Bíblia num lugar em que a distribuição das Escrituras não era realizada, como era o caso do Brasil do início a meados do século XIX. Portanto, a estratégia de distribuir Bíblias em português e em línguas dos imigrantes foi um diferencial intencional no trabalho protestante do período. Não é por menos que em boa parte do século XIX – antes da chegada dos principais missionários denominacionais – Bíblias já eram distribuídas em larga escala pelo Brasil por colportores e representantes das Sociedades Bíblicas. Sem dúvida, esse trabalho foi estratégico, afinal, quando os missionários chegaram a vários lugares do interior do País para implantar igrejas, ali já havia uma comunidade reunida em torno das Escrituras, sem pastor, sem missionário; só um povo com a Bíblia (HAHN, 2011).

Historiadores e pesquisadores de caráter eclesiástico são unânimes em afirmar que esse trabalho de propagação das Escrituras foi realmente fundamental na inserção da fé protestante no Brasil (RIBEIRO, 1973; VIEIRA, 1980; LÉONARD, 2002; HAHN, 2011; REILY, 2003). E Fletcher esteve bem envolvido nesse trabalho. Para além de distribuir a Bíblia ou ser um representante oficial da Sociedade Bíblica Americana no Brasil, foi por meio do pedido dele que as Sociedades Bíblicas abriram a primeira agência oficial no

País, em 1856. Deste modo, Fletcher foi, sem dúvida, “uma das figuras mais importante no processo de introdução da Bíblia em nosso país” (GIRALDI, 2012, p. 149), indicando mais uma contribuição significativa dele na implantação do protestantismo no Brasil, afinal, a fé protestante está necessariamente atrelada à Bíblia.

Não obstante, mesmo sem caráter oficial, sua atuação diplomática, atrelada à sua aproximação intencional com autoridades brasileiras, continuou. Os relatos históricos não deixam dúvidas de que Fletcher fazia amizades com certa habilidade, mesmo entre aqueles que antes o perseguiam ou não lhe eram amistosos. Contudo, essas ações eram intencionais, sempre pautadas em seu objetivo, a ponto de Vieira (1980) definir Fletcher como um ‘amigo da nação’ e o seu círculo de relacionamentos de ‘brasileiros amigos do progresso’. Talvez seja por isso que Fletcher foi considerado um “amigo do Brasil” pelas pessoas de alta influência política e comercial do País naquela época (ROSI, 2013).

Na busca por tal objetivo, Fletcher definitivamente voltou dos Estados Unidos não apenas como missionário ou distribuidor de Bíblias. Atrelado a tudo isso, ele retornou como um “agente do progresso” (VIEIRA, 1980, p. 65). Nesse ínterim, ele organizou em 1855 uma exposição no Museu Nacional do Brasil com mais de seiscentos itens entre produtos, objetos, arte, publicações, tecidos, mapas, maquinários de fabricação estadunidense etc. A ideia era a de aproximar os brasileiros e os estadunidenses nas áreas culturais, comerciais, industriais e literárias. E isso, de fato, aconteceu, afinal, “após esse evento, o autor estreitou ainda mais contatos com políticos e entusiastas da indústria no Brasil, além de pensadores e cientistas” (OLIVEIRA, 2013, p. 35).

Alguns contatos políticos já foram relacionados anteriormente. Para além deles, porém, há, por exemplo, o reconhecimento da elite intelectual brasileira a Fletcher, através do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, quando o missionário foi nomeado como um de seus membros honorários, designando-o como um homem “afeiçoado pelo Brasil”, que tinha um sério comprometimento com o progresso nacional (REVISTA DO IHGB, Rio de Janeiro, nº 25, 1862, p. 292-293, *apud* VIEIRA, 1980, p. 80).

Estrategicamente, D. Pedro II foi o personagem ilustre na abertura do evento e, encantado com tudo o que viu, foi presenteado com todo o material ao final da exposição. Rosi (2013) destaca que, entre as principais estratégias missionárias de Fletcher no Brasil, em primeiro lugar estava o foco de alcançar D. Pedro II. Sem dúvida, ele se aproximou do Imperador ao mesmo tempo que procurou fazer o monarca ampliar as relações com os EUA e atrair a atenção de sua nação para o Brasil e o seu governante.

A exposição instigou uma posterior e não agendada visita de Fletcher a D. Pedro II. Isso ocorreu no dia 13 de julho de 1854, em uma situação em que o missionário quis apresentar o monarca com alguns novos livros que havia recebido dos EUA. Porém, Fletcher não sabia que aquele não era o momento adequado, afinal era o dia do aniversário da princesa Leopoldina e muitos convidados de honra aguardavam na fila para dar os cumprimentos. Entretanto, D. Pedro II ficou sabendo da presença de Fletcher e, para surpresa deste, foi pessoalmente recebê-lo, retirando-o da fila, conforme descreve o missionário:

Escolhi meu lugar, no fundo da fileira dos que esperavam, pensando que não tinha escolhido bem o dia em que S. Majestade estivesse menos ocupado. Mas eis que aparece D. Pedro II, [...] Imaginei que S. Majestade recebesse primeiro as congratulações da vistosa multidão que estava entre ele e o pastor tão simplesmente vestido. Julgue o Sr., então, da minha surpresa quando ele, simplesmente curvando-se, passou pelos muitos titulares e representantes das Côrtes estrangeiras, e dirigiu-se diretamente para o Webster, o Hawthorne e o Longfellow. Com um agradável sorriso cumprimentou-me, e levou-me para uma arcada onde se viam flores e uma límpida fonte (KIDDER; FLETCHER, 1941a, p. 287).

A situação serviu para mostrar que o interesse pelo relacionamento mais próximo não era apenas de Fletcher, mas era igualmente do Imperador. Vieira (1980) sugere, com base nas cartas que Fletcher enviou para a sua família, que o missionário presbiteriano dava a impressão de estar deslumbrado com a ideia hipotética de exercer certa influência sobre D. Pedro II. E não é por menos, afinal, ele chegou ao Brasil como um simples capelão dos marinheiros – diferente de Robert Kalley que era um médico – e com o tempo se tornou um amigo íntimo que exercia alguma influência no Imperador. Aliás, em alguns momentos de sua obra, Fletcher demonstra certa facilidade de entrar no Palácio D. Pedro II e com ele dialogar, desde que assim o quisesse ou necessitasse. Contudo, isso pode ter ocorrido diante de sua percepção do interesse de D. Pedro II por itens estadunidenses, em especial pela literatura⁹ e, ao que parece, Fletcher passou a usar isso como uma estratégia para se aproximar e se relacionar com o monarca.

É bom lembrar que, de acordo com Carvalho (2007) e Oliveira (2013), Fletcher foi o articulador responsável pelo entusiasmo do Imperador brasileiro pelos EUA. Portanto, como se vê, há interesses pessoais recíprocos nesse relacionamento. Por sua vez, evidencia-se que foi a atuação diplomática e sua habilidade relacional que levou Fletcher a um relacionamento mais íntimo com o Imperador e tal realidade, atrelada a uma junção de circunstâncias, contribuíram para que a amizade se fortalecesse, favorecendo o avanço do protestantismo, com a propagação da Bíblia e com a concretização de parcerias comerciais entre os dois países (GIRALDI, 2009; LÉONARD, 2002). Talvez, seja por isso que, anacronicamente, Rosi (2013) prefere dizer que além de pastor, missionário e diplomata, Fletcher foi também um lobista.

A OBRA ‘O BRASIL E OS BRASILEIROS: ESBOÇOS HISTÓRICOS E DESCRITIVOS’ E A SUA RELAÇÃO COM A MISSÃO DIPLOMÁTICA DE FLETCHER

A partir de seu interesse pelo Brasil e com o propósito de relatar o que descobriu em suas viagens, Fletcher ampliou e atualizou o que Daniel P. Kidder tinha escrito em 1845 sobre as atividades que tinha realizado no Brasil entre 1837 e 1840¹⁰. A nova obra,

9. Mafra (2022, p. 197), confirma essa hipótese ao afirmar que Fletcher “foi o agente de ligação entre D. Pedro e um seleto grupo de intelectuais: os poetas Henry Wadsworth Longfellow e John Greenleaf Whittier, além do naturalista Louis Agassiz”.

10. Reitere-se que apesar da dupla autoria, reconhece-se que o trabalho primordial na escrita da obra é de Fletcher (OLIVEIRA, 2013).

publicada em 1857, recebeu o título “*Brazil and The Brazilians – Portrayed in Historical and Descriptive Sketches*”. Rosi (2013, p. 69) comenta que:

O livro alcançou, pelo menos, nove edições durante sua vida (oito somente entre 1857 e 1868 e mais uma em 1879), atingindo um público bastante amplo nos Estados Unidos, Brasil, Inglaterra, e mesmo em outros países. O jornal londrino *Athenaeum*, na resenha da 1ª edição, considerou o livro o retrato mais completo, fiel e artístico já produzido a respeito do Brasil. [...] Muitos livros posteriores a respeito do Brasil, até o início do século XX, utilizavam Fletcher como referência em tópicos bastante variados.

Realmente, trata-se de uma obra de referência no período, ainda que uma ressalva seja necessária. Sem a preocupação de atualizar os relatos, em alguns momentos, Fletcher apenas repete o que Daniel Kidder escreveu¹¹. Como já se haviam passado cerca de dezesseis anos entre os fatos acontecidos e a nova publicação de Fletcher, o texto se torna por vezes ultrapassado, transmitindo realidades que já não eram mais as mesmas¹². No entanto, esse aspecto não limita a contribuição e a singularidade da obra destes escritores estadunidenses que trataram “com cuidado as condições brasileiras do século XIX” (OLIVEIRA, 2013, p. 12).

De fato, como ressalta Gilberto Freyre (1986), Fletcher é um exímio observador e um confiável escritor sobre o Brasil – o País e seus ricos detalhes históricos, geográficos, sociais, religiosos, políticos, culturais etc. – e sobre os brasileiros – o povo e suas histórias, costumes, valores etc. Sua obra representa essa realidade abrangente, como se constata desde o prefácio:

A presente obra escrita por duas pessoas que têm vinte anos de experiência no Império do Brasil, pretende traçar um retrato fiel da história do país, e, pela narrativa dos incidentes relacionados com as viagens empreendidas e durante a residência dos autores na Terra de Santa Cruz, tornar conhecidos os costumes, os hábitos e o adiantamento do **povo mais progressivo que vive ao sul do Equador** (KIDDER; FLETCHER, 1951, v.1, XII, grifo nosso).

Fletcher quer mostrar o Brasil e os brasileiros não apenas por meio de um caráter descritivo do pesquisador. Ao contrário, ele parece tecer cada detalhe a partir do afeto que deixa transparecer pelo País e pelo povo. Não obstante, ele quer ver o avanço do Brasil – ainda que esse conjecturado avanço esteja pautado na cosmovisão civilizatória estadunidense – e ele quer que seus conterrâneos vejam o potencial que ele também vê. Nesse sentido:

O autor de ‘O Brasil e os Brasileiros’ não deve ser entendido como um historiador ou cientista social na concepção atual destes ofícios, mas sim como um ativista com um programa a cumprir através das páginas de

11. É plausível que o foco de Fletcher não seja tanto o de repetir o relato, mas reforçar as bases relacionais que os missionários abriram por meio da divulgação da Bíblia e que isto certamente contribuiu com o avanço do protestantismo e, segundo o que esperava Fletcher, com o progresso do País.

12. Um exemplo é o relato dos “esforços missionários”, no capítulo XX do segundo volume, que descrevia a visita de Kidder à São Paulo, em 1839. Depois de citar por longas páginas o relato de Daniel Kidder, Fletcher adverte que passou por São Paulo dezesseis anos depois onde verificou os frutos do trabalho de divulgação da Bíblia de seu predecessor metodista.

seu livro: promover o Brasil, as relações deste com os Estados Unidos, e, sobretudo, sua concepção pessoal do evangelho, unindo progresso material e espiritual (ROSI, 2013, p. 70).

Na leitura da obra *'O Brasil e os Brasileiros'* é possível conjecturar que Fletcher realmente se encantou pelo Brasil, pelo povo brasileiro e, especialmente, pelo monarca que aqui governava. Quando ele precisa criticar o Brasil ou os brasileiros, ele o faz. Mas sempre que possível, procura enaltecer aspectos que sobreponham as deficiências incômodas. Para ele, o Brasil era superior aos seus vizinhos sul-americanos (e ao México também) e em alguns momentos o autor considera que o Brasil está à frente até mesmo dos seu próprio país. Ele demonstra ser um defensor da nação e do povo brasileiros e um propagandista do Brasil e dos brasileiros.

Por isso, diante de sua pretensão, a obra se caracteriza como uma propaganda gratuita do País para os estadunidenses e, por conseguinte, para outros povos. Fletcher sabe que seu país tem muitas coisas boas e, agora, depois de conhecer o Brasil, ele vê que em terras tupiniquins também há muitas coisas boas. Como um patriota, ele quer o bem da sua nação; como um cidadão que adotou o Brasil por predileção, ele também deseja o bem do país que a cada dia conhecia mais.

Fletcher faz isso quando escreve, prega, palestra ou dialoga, tanto no Brasil, como fora dele, tanto nos púlpitos quanto nos jornais, tanto nas conversas com pessoas simples, como nas conversas com políticos e negociantes de ambos os países¹³. Como resume Vieira, Fletcher “foi provavelmente um dos mais eficientes agentes de publicidade que o Brasil teve no estrangeiro” (1980, p. 71).

O missionário destaca que durante sua estadia no Brasil, em vários momentos, constatou a falta de conhecimento do povo brasileiro em relação aos Estados Unidos da América e vice-versa. Por isso mesmo, ele desejava fazer tudo para “remover a impressão errônea, e conseguir um melhor entendimento entre os dois países” (KIDDER; FLETCHER, 1941a, p. 277). Sua missão, portanto, se tornou realmente mais abrangente. Ele não queria apenas “ganhar almas” no Brasil. Para além disso, ele queria ganhar o Brasil e os brasileiros em uma relação próxima com os EUA e com os estadunidenses.

Sem ignorar ou esconder seus interesses comerciais, ao mesmo tempo em que não deixa transparecer uma soberba estadunidense – ainda que, por vezes, considere os EUA uma nação mais avançada do que o Brasil –, Fletcher almeja simplesmente estreitar relacionamentos.

De fato, diferentemente de outros que já tinham realizado críticas em algumas obras sobre o Brasil, Fletcher, ao contrário, defende que o País tem recursos extraordinários e que foi prejudicado devido ao atraso econômico, a falta da educação e ao tipo de religiosidade

13. “Há registros de palestras proferidas por Fletcher na *New York Historical Society*, no *Cooper Institute* e no *Lowell Institute*, lugares frequentados por uma elite de pensadores e políticos norte-americanos”. (OLIVEIRA, 2013, p. 65). A mesma autora lembra que Fletcher escreveu artigos para jornais dos EUA por vários anos e o seu objetivo maior nesse ofício era o de defender e propagar o Brasil.

que fora instigada por uma fé sincrética que misturava o romanismo com um tipo próprio de paganismo (KIDDER; FLETCHER, 1941a; OLIVEIRA, 2013). No capítulo dez, quando discorre sobre a religião do Brasil, Fletcher demonstra qual é a sua percepção:

Para aqueles que consideram exclusivamente os ritos vazios e exibicionistas da Igreja oficial do Brasil, não há bons prognósticos quanto ao futuro do país. Mas quando consideramos os sentimentos liberais e tolerantes, que prevalecem, quando refletimos na liberdade de discussão, na inteira liberdade da imprensa na difusão da instrução e nos frutos de sua admirável Constituição, não podemos acreditar que as futuras gerações de brasileiros haverão de retrogradar. A intelectualidade sem moralidade é, estamos certos, um engenho de tremendo poder a que falta um regulador; mas, temos fé em que Deus, que abençoou o Brasil tão altamente em outros pontos não lhe negará as suas maiores dádivas por mais imprevisível que presentemente possa ser a perspectiva de tal benefício (KIDDER; FLETCHER, 1941b, p. 158-159, grifo nosso).

Estes argumentos, transmitidos de maneira empírica e caracterizados pela visão de um missionário protestante, mostra o espírito anticatólico que prevaleceu entre os missionários do período. Essa é a visão de alguns protestantes durante o século XX, conforme destaca Miguez Bonino (2002) ao falar sobre como a mensagem dos missionários protestantes se focava na consciência popular do povo evangelizado, numa tentativa de se mostrar a realidade precária do Brasil (o campo missionário). Entre outros aspectos, o autor lembra que:

Uma é a prioridade da polêmica anticatólica que ocupa o maior espaço nas publicações evangélicas da época, tanto repetindo os argumentos clássicos da controvérsia dos séculos 17 e 18 quanto denunciando os casos de corrupção, obscurantismo ou autoritarismo da Igreja Católica Romana ou de seus representantes. Por isso se faz necessário munir os novos conversos de conhecimentos e argumentos para esse conflito, de modo que há uma ênfase muito grande no estudo da Bíblia e das doutrinas fundamentais do protestantismo (MIGUEZ BONINO, 2002, p. 33).

Como era comum nos discursos dos missionários, apresentar uma fé protestante que trazia prosperidade em certos países e compará-la com a pobreza que se percebia no Brasil era uma forma de se propagar a nova fé na busca dos conversos brasileiros. Porém, essa comparação normalmente ‘esquecia’ de apresentar casos de nações protestantes que colonizaram países da África, por exemplo, mas que, porém, em nada mudaram a miséria que havia lá. Portanto, ao que parece, não se deve simplesmente aceitar que o fator religioso seja o responsável pela situação socioeconômica do país. Há muitas questões envolvidas que necessitariam de um melhor e mais aprofundado estudo do tema.

O DIPLOMÁTICO FLETCHER E A SUA DEFESA E APROXIMAÇÃO DE D. PEDRO II

Como se percebeu, progressivamente, a missão de Fletcher não se limitava apenas ao aspecto evangelístico; ela passava a ser cada vez mais diplomática. Assim, quanto mais ele conhecia e se relacionava com pessoas, melhor obteria êxito em sua missão. Talvez seja por isso que o relacionamento com o Imperador brasileiro se estabeleceu como algo fundamental, pois para além de realizar uma significativa publicidade do País, Fletcher propagava a estabilidade monárquica que, para ele, resultaria em um breve crescimento sustentável da nação. Em uma carta escrita para o *New York Journal of Commerce*¹⁴ e para o *“Filadelfia Ledger”*, em 23 de maio de 1855, Fletcher destacou:

[...] este país é a única monarquia na América e o único governo constitucional do continente ocidental que tem andado para frente, com tranquilidade e prosperidade material, além dos Estados Unidos (KIDDER; FLETCHER, 1941a, p. 278)

Em defesa de sua tese, ele diz que “é inegável que a Monarquia é mais apropriada para as nações Latinas do que a República” (KIDDER; FLETCHER, 1941a, p. 84) e, em outro momento, lembra que “o princípio monárquico está profundamente arraigado no coração dos brasileiros, e, na sua adaptação a este povo e este país, é infinitamente superior à República” (KIDDER; FLETCHER, 1941a, p. 246). Para ele, o modelo monárquico brasileiro se distinguia dos demais, pois, quando compara o Brasil com outras nações monárquicas sul-americanas, ele adverte que há uma grande diferença entre o Brasil e os seus vizinhos, visto que somente por aqui o sistema apresentava progresso.

Portanto, a despeito de ressaltar o moderno republicanismo estadunidense e demonstrar certa rejeição à monarquia, Fletcher faz uma defesa do modelo monárquico brasileiro, bem como de seu monarca. Aliás, sua admiração por D. Pedro II é algo a se considerar¹⁴, justamente pelo fato de os norte-americanos terem se livrado, sob traumas, de um rei há menos de um século.

É de bom alvitre lembrar que o governo monárquico era amplamente desfavorável entre os estadunidenses, especialmente desde os tempos das guerras de independência. Essa aversão se acentuou significativamente durante o processo de estabelecimento e formação dos EUA como nação. Os excessos e arbitrariedades associados ao governo monárquico eram considerados como uma das principais causas da revolta dos colonos contra a autoridade britânica. Como resultado, tal tipo de regime era percebido como sinônimo de retrocesso e estagnação pela sociedade norte-americana.

14. O capítulo XIII foi escrito para descrever o Imperador. Essa propaganda fez com que D. Pedro II ficasse conhecido e admirado nos EUA, a ponto de “receber mais de quatro mil votos para o cargo de presidente dos Estados Unidos no Estado da Filadélfia, nas eleições presidenciais de 1877” (GIRALDI, 2012, p. 161). Maíra (2022, p. 196) ainda destaca que “a habilidade linguística e a curiosidade intelectual que lhe eram tão características favoreceram a mobilidade e a adaptabilidade para circular com certa desenvoltura nos Estados Unidos entre grandes cientistas, artistas consagrados e políticos daquele país”. O que não se pode negar, como defende Rosi (2009), é que a visita de Dom Pedro II aos EUA teve significativa participação de Fletcher.

Portanto, o fato de um cidadão estadunidense defender e, mais que isso, destacar aspectos positivos e justificáveis em uma monarquia e em seu monarca, demonstra o rompimento pessoal que o missionário presbiteriano realizou. É plausível considerar que tudo isso tenha facilitado a aproximação de Fletcher a D. Pedro II, a quem o missionário não enxergava como um monarca déspota ou tirano. Para ele, D. Pedro II era um monarca totalmente ao contrário disso.

Quando apresenta as qualidades do Imperador brasileiro, Fletcher não apenas relaciona os conhecimentos que ele possui. Antes disso, evidencia que tais fatos são verdadeiros e comprovados por meio dos diálogos que teve com terceiros – na maioria das vezes, estrangeiros – e que foram compartilhados em alguma conversa. Em sua obra – onde tem um capítulo inteiro (cap. XIII) dedicado ao Imperador, Fletcher descreve que D. Pedro possui um amplo conhecimento que perpassa pela ciência (química e biologia), pela engenharia, pela arte, pela literatura, pela filologia, pela literatura, pela religião etc. Em um certo momento, ele afirma que

é muito raro, na história das nações, encontrar um monarca que combine tudo o que poderia exigir o mais escrupuloso legitimista, e que seja limitado por todas as restrições (sic) que um constitucionalista possa almejar, e ainda possua os maiores dotes para o respeito de seus súditos e admiração do mundo, pelo seu talento congênito e suas aquisições em matéria de ciências e literatura. Essa rara combinação se encontra em D. Pedro II (KIDDER; FLETCHER, 1941a, p. 268).

Como se constata, os elogios são sempre ostentosos. Apesar disso, esses louvores ao Imperador não ecoam como bajulação; antes, se manifestam por meio de uma sincera admiração. Em certo momento, Fletcher acrescenta que não há assunto interno do País que o monarca não conheça. Aliás, não só no País, pois faz questão de destacar que D. Pedro II está sempre atento aos noticiários de jornais e revistas, nacionais e estrangeiros. Portanto, para Fletcher, D. Pedro II é um sujeito do mundo e não apenas do Brasil. Toda essa pompa, porém, não anula outro detalhe observado por Fletcher. Para ele, o governante brasileiro é uma pessoa simples. E foi justamente essa simplicidade que, aparentemente, cativou Fletcher desde o início.

O fato é que a publicação da obra '*O Brasil e os brasileiros*' determinou um antes e um depois na trajetória de Fletcher. Afinal, por meio dessa publicação e de sua percepção amigável do Brasil, do Imperador e dos brasileiros, ele conquistou muito mais influência e amigos na alta elite intelectual e política brasileira¹⁵.

15. Entre outros já relacionados, os políticos brasileiros que se tornaram amigos de Fletcher destacados são o Ministro Plenipotenciário do Brasil nos Estados Unidos, Joaquim Maria Nascente de Azambuja, o deputado liberal Luiz Pedreira Couto Ferraz e o deputado liberal Aureliano Tavares Bastos, a principal e mais frutífera amizade de Fletcher (Cf. VIEIRA, 1980; OLIVEIRA, 2013).

A RELAÇÃO DE JAMES COOLEY FLETCHER COM O IMPERADOR: AS MENÇÕES NO DIÁRIO PESSOAL E AS CARTAS TROCADAS COM D. PEDRO II

Algumas das muitas cartas escritas ou recebidas por D. Pedro II foram compiladas e disponibilizadas no Museu Imperial em Petrópolis, Rio de Janeiro e, naturalmente, elas revelam muito da personalidade e dos interesses do monarca brasileiro. Segundo Barman, “escrever cartas era para D. Pedro II a forma ideal de relacionamento com outros seres humanos, um meio pelo qual ele podia estabelecer a natureza e o grau de intimidade desejada” (2010, p. 176). Talvez, seja esta uma das razões pelas quais o Imperador se correspondeu com vários intelectuais de sua época, promovendo intercâmbios que eram reciprocamente benéficos.

De fato, parece não haver dúvidas de que D. Pedro II conseguiu reforçar a sua posição intelectual por intermédio dos seus muitos escritos para as diversas pessoas com as quais se correspondeu e, por sua vez, resta óbvio que essas mesmas pessoas adquiriam uma melhor posição social por estarem se correspondendo com o Imperador. É plausível afirmar que esse pressuposto também caracterizou o relacionamento entre Fletcher e o Imperador. O missionário certamente foi favorecido durante os mais de catorze anos que se correspondeu por meio de cartas com D. Pedro II. Todavia, é evidente que o monarca também foi beneficiado nesse relacionamento, pois, como bem afirma Souza (2018), mais do que projetar-se, D. Pedro II foi projetado no mundo internacional por Fletcher.

David James foi o responsável por compilar as cartas trocadas entre D. Pedro e seus “amigos da Nova Inglaterra” (JAMES, 1952). E, para James, Fletcher foi o primeiro entre estes novos amigos. De fato, entre as muitas cartas trocadas entre o monarca e seus amigos – entre os anos 1864 e 1879, percebe-se que por intermédio de Fletcher, D. Pedro II manteve contato com os grandes nomes da literatura estadunidense da época, tal qual Henry Wadsworth Longfellow, John Greenleaf Whittier, Walt Whitman e Louis Agassiz (um botânico suíço radicado nos EUA). Além das correspondências pessoais, existem registros de contatos institucionais entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) do Rio de Janeiro e a *New York Historical Society*. Tudo isso, reitera-se, com a contribuição e participação de Fletcher.

A obra de David James (1952) tem mais de 300 páginas, em uma estrutura de 8 capítulos. Ao total, foram 130 cartas trocadas com os norte-americanos. Destas, 27 são de Fletcher a D. Pedro II (JAMES, 1952) e apesar de James afirmar categoricamente que há cartas escritas pelo monarca ao missionário, ele ressalta que não foi possível encontrá-las. Sob uma perspectiva mais ampla, as cartas apontam para uma abundante troca de ideias, compartilhamento de experiências, de imagens e de textos entre Fletcher e D. Pedro II;

portanto, são “testemunhos materiais das primeiras trocas culturais entre o Império do Brasil e a república norte-americana” (MAFRA, 2022, p. 201).

Sob uma perspectiva mais específica, quando se analisam propriamente as cartas de Fletcher a D. Pedro II, constata-se que elas são mais curtas, quando comparadas às cartas de outros personagens. Elas começaram a ser escritas em 1864, são mais recorrentes entre 1866-1867 e se tornam mais esparsas depois. A última carta foi escrita em 1879. Estas cartas trazem informações gerais, mas também manifestam o afeto pessoal e a amizade entre Fletcher e D. Pedro II. As informações abaixo contribuem para uma melhor percepção das cartas apresentadas na obra de David James (1952) e que foram enviadas em inglês por Fletcher ao Imperador:

- Capítulo 1: 27/julho/1864 (p. 51), 4/agosto/1864 (p. 52), 13/agosto/1864 (p. 54), 5/setembro/1864 (p. 55), 9/setembro/1864 (p. 57), 26/setembro/1864 (p. 58) e 8/março/1865 (p. 63);
- Capítulo 2: 23/abril/1865 (p. 70), 24/maio/1865 (p. 78), 21/junho/1865 (p. 78), 8/julho/1865 (p. 85), 27/janeiro/1866 (p. 96) e 27/abril/1866 (p. 109);
- Capítulo 3: 20/julho/1866 (p. 130), 21/novembro/1866 (p. 145), 20/janeiro/1867 (p. 150), 23/abril/1868 (p. 183), 23/maio/1868 (p. 184), 19/junho/1868 (p. 185), 21/julho/1868 (p. 188)¹, 21/agosto/1868 (p. 189), 6/novembro/1868 (p. 193), 23/novembro/1868 (p. 194), 23/dezembro/1868 (p. 198), 21/fevereiro/1867 (p. 201);
- Capítulo 4: 12/março/1872 (p. 236) e
- Capítulo 5: 1/janeiro/1879 (p. 271-273).

Além das cartas enviadas por Fletcher a D. Pedro II, há ainda a menção de Fletcher no diário do Imperador. Esse diário, na verdade, são as 43 cadernetas em que o monarca relatou com riqueza de detalhes a sua vida, seu reinado, seus encontros, suas viagens pelo Brasil e pelo mundo etc. Atualmente, este material tem servido como fonte de pesquisa sobre os mais diversos assuntos do Período Imperial. As transcrições dos 43 volumes do diário do monarca, escritos entre 1840 e 1891, foram organizadas por Begonha Bediaga e foram publicadas pelo Museu Imperial em 1999 (BEDIAGA, 1999).

Como destaca Souza (2018), um diário – como o de D. Pedro II – é melhor qualificado como uma fonte híbrida, visto que normalmente é diverso na coleção de temas que apresenta. De fato, constatam-se nas anotações do monarca dados técnicos (medidas, distâncias, valores etc.), históricos, geográficos, religiosos, sociológicos, literários, culturais etc. Em suas mais de mil páginas e em seus quarenta e três volumes, constatam-se apenas seis menções a Fletcher.

A partir do entrelaçamento do conteúdo das cartas de Fletcher a D. Pedro II e das menções realizadas ao missionário estadunidense no diário pessoal do monarca, constata-

1. Carta de John G. Whittier a Fletcher e deste a D. Pedro II.

se uma abundância de assuntos que perpassam pela política, diplomacia, literatura, ciências naturais, relatos pessoais etc. Contudo, de forma significativa, sobressaem nas vinte e sete cartas e nas seis menções no diário as seguintes Categorias de Análise, conforme propõe Bardin (2011): compartilhamento e discussão de obras e autores da literatura estadunidense (24 vezes), estabelecer conexões entre os EUA e o Brasil com vistas ao progresso (16 vezes), desenvolver e ampliar relacionamentos estratégicos (15 vezes), agendar encontros pessoais e manifestar afeto (13 vezes).

Preponderantemente, o assunto principal que caracteriza o relacionamento entre Fletcher e D. Pedro II é o interesse do monarca pela literatura estadunidense. Entre as 24 vezes que o tema foi tratado em suas cartas enviadas ao Imperador, destacam-se as seguintes:

Em anexo, Vossa Majestade encontrará **o último poema do senhor Longfellow**, publicado no mês de junho. Tenho certeza de que Vossa Majestade o achará encantador em seu pitoresco estilo oriental. Tenho a mais agradável lembrança da hora passada com Vossa Majestade ontem e me considero duplamente honrado em ouvir a excelente tradução de Vossa Majestade e em ser o meio de enviá-la ao Senhor Longfellow [Carta de 4 de agosto de 1864] (JAMES, 1952, p. 52, grifo e tradução nossos)

Incluo a Vossa Majestade **um poema do Senhor Longfellow** que veio no último navio a vapor inglês e, portanto, é posterior ao “Kalif de Baldacca”. Tenho certeza de que Vossa Majestade descobrirá que tem o tom da verdadeira moeda poética. **Alegra-me encontrar no Rio de Janeiro tantos admiradores de nossos poetas americanos, o que sem dúvida se deve ao fato de Vossa Majestade se interessar tão profundamente por nossa literatura.** [...] Encaminhei devidamente ao Senhor Whittier e ao Senhor Longfellow as linhas e a tradução que me foram enviadas por Vossa Majestade [Carta de 13 de agosto de 1864] (JAMES, 1952, p. 54-55, grifo e tradução nossa).

Há alguns dias **recebi uma longa carta do Sr. Longfellow** dizendo que estava esperando que eu viesse falar com ele sobre o Brasil e o Imperador. **Vossa Majestade é um dos favoritos do Sr. Longfellow.** [Carta de 27 de janeiro de 1865/1866] (JAMES, 1952, p. 96-97, grifos e tradução nossos).

É com prazer que **ofereço a Vossa Majestade o primeiro exemplar saído do prelo da nona edição de “O Brasil e os brasileiros”.** É com a homenagem de um amigo sincero do monarca e do país que faço esta oferenda [Carta de 1 de janeiro de 1879] (JAMES, 1952, p. 271, grifo e tradução nossos).

Nas anotações desse diário, o tema literário também é destacado:

Em audiência estive comigo o **Fletcher que me trouxe diversas obras** dos Estados Unidos, e cartas de homens notáveis entre os quais uma de Agassiz, que logo me entregou [12 de julho de 1862, vol. 9] (BEDIAGA, 1999, p. 222, grifo nosso).

Recebi os livros que me trouxe o Fletcher. É um presente de muito preço para mim. Fletcher disse-me que Everett Ihe pediu que a desculpasse comigo dum trecho sobre as colônias portuguesas antes da Independência do Brasil que eu lia num dos discursos seus que me enviou assim como seus outros trabalhos literários [22 de julho de 1862, vol. 9] (BEDIAGA, 1999, p. 225, grifo nosso).

As cartas de Fletcher e as anotações no diário do Imperador revelam um grande interesse do monarca pela literatura estadunidense. A maioria dos relatos são semelhantes aos transcritos acima. Eles normalmente falam de diferentes traduções de uma mesma obra e informam sobre o envio de novos poemas – um ao outro. Deixa-se transparecer a ideia de que Fletcher seria um interlocutor entre a literatura estadunidense e os brasileiros, entre os escritores norte-americanos e o Imperador sul-americano.

Fletcher parece perceber o encanto de D. Pedro II pela literatura norte-americana (em especial, pelos poemas de Longfellow²) e faz disso uma isca para manter o relacionamento entre eles (KIDDER; FLETCHER, 1941a). Não é por menos que Vieira (1980, p. 71) assegura que a “admiração de Dom Pedro II por Longfellow foi um dos elos da cadeia que conservou Fletcher em contato com o Brasil e com o Imperador pelas décadas seguintes” e acrescenta que por meio das cartas se “demonstra o esquema de Fletcher de fazer conhecida a literatura americana no Brasil. Do mesmo modo ele fazia no estrangeiro publicidade de intelectuais brasileiros que prezavam a literatura americana e que a traduziam para o português” (VIEIRA, 1980, p. 74).

Destaca-se, portanto, o grande apreço de D. Pedro II pela literatura dos EUA e pelos literatos daquele país, o que certamente agregou à sua alta capacidade intelectual, notoriamente reconhecida. Para além de uma simples apreciação, fica claro que conexões foram estabelecidas. Fletcher, é óbvio, foi a ponte e ele parece ficar satisfeito com isso, como alguém que estava cumprindo uma missão. Deste modo, pode-se pressupor que o compartilhamento de obras e autores estadunidenses foi um elo ou uma âncora que sustentou o relacionamento duradouro entre o missionário e o monarca, entre os EUA e o Brasil naquele período.

Não obstante, a segunda categoria presente nos documentos é a tentativa constante de Fletcher em estabelecer conexões entre os EUA e o Brasil, com vistas ao progresso, entendido, é claro, a partir de sua visão civilizatória estadunidense. Esse aspecto é tão central em sua missão no Brasil que Carvalho (2007) chegou a considerar Fletcher como o cupido de um caso de amor entre D. Pedro II e os EUA. Porém, não se trata de apenas trazer o que há nos EUA para o Brasil. Ainda que esse aspecto esteja presente, há, igualmente, uma propaganda e uma defesa intensa de D. Pedro e do País aos olhares estrangeiros. Essa busca pelo progresso pode ser percebida em alguns relatos, como segue:

Vossa Majestade sabe que **não tenho nenhum interesse material nos vapores dos Estados Unidos para o Brasil**. Pois **trabalhei por esse grande objetivo quase gratuitamente e tenho uma posição independente** em relação a eles. Fico feliz em dizer que depois de uma “conversa franca” eles (a empresa) estão prestes a fazer grandes melhorias [Carta de 27 de abril de 1866] (JAMES, 1952, p. 110, tradução e grifo nossos).

2. Henry Wadsworth Longfellow (1807-1882), um dos nomes mais renomados do século XIX nos EUA, teve um início de carreira como professor acadêmico, mas depois decidiu trocar a docência para se dedicar ao que considerava sua verdadeira vocação: a poesia. Nessa nova etapa, ele se destacou como um dos poetas românticos estadunidenses mais celebrados em sua época, afinal, ele conseguiu cativar seus compatriotas nas suas composições abordando temas que refletiam a essência e a identidade estadunidense.

Em anexo envio a Vossa Majestade um **artigo sobre a “Abertura da Amazônia”**, que escrevi para o *New York Evening Post*, que é um dos jornais mais influentes dos Estados Unidos. Outros jornais falam em termos semelhantes, e asseguro a Vossa Majestade que este decreto, embora não vá **encher imediatamente o vale amazônico de habitantes, ou evocar um comércio** em um ano como o do Mississippi, ainda assim **o povo deste país se sente que seja o início de grandes coisas para o Brasil** [Carta de 20 de janeiro de 1867] (JAMES, 1952, p. 150-151, tradução e grifos nossos).

No diário de D. Pedro II, a temática também aparece:

Fletcher e outro americano que o acompanhou dos Estados Unidos chamado Lidgerwood assistiram à sessão. Conversei com ambos. **Fletcher traz sementes de algodão sea-island, e milho do melhor dos estados meridionais da confederação norte-americana para a sociedade de agricultura** segundo ele diz. Lidgerwood é neto do dono duma **grande fábrica de instrumentos agrícolas e pede privilégio para a máquina de Walker de alimpar o grão de café a qual foi de grande proveito em Cuba. Animei o Itabapoana para que ele faça o mesmo aos fazendeiros de Campos** [14 de julho de 1862, vol. 9] (BEDIAGA, 1999, p. 223, grifos nossos).

A tentativa de estabelecer conexões entre os EUA e o Brasil, com vistas ao que Fletcher entendia como progresso, permeia as suas obras (cartas e livros). Para se ter uma ideia do quanto o desejo pelo avanço do Brasil é o objeto de sua missão, o termo progresso e suas variantes aparecem 104 vezes no primeiro volume e 81 vezes no segundo volume de sua obra “*O Brasil e os brasileiros*”. No total, a ideia de progresso e prosperidade, junto com os termos correlacionados ao assunto, aparecem 185 vezes na obra (KIDDER; FLETCHER, 1941a; 1941b).

O missionário entende que os EUA podem contribuir com o Brasil nas diversas áreas da agricultura, do comércio, da ciência, da literatura, da diplomacia etc. Esses aspectos aparecem em alguns momentos do diálogo de Fletcher com o monarca, tanto nas cartas quanto no diário pessoal de D. Pedro II. Com exemplo, os dois destaques presentes nas cartas de Fletcher, nas citações acima, são reveladores. O primeiro mostra uma de suas grandes lutas pelo progresso que ele desejava para o Brasil. Aliás, aspecto esse que ele percorreu em sua obra ‘*O Brasil e os brasileiros*’, questionando sobre o fato de o Brasil possuir linhas de barco a vapor com vários países da Europa, mas, “os Estados Unidos, que até aqui foram o grande rival comercial da Inglaterra no Brasil, não possuem uma só linha de vapores para qualquer país da América do Sul” (KIDDER; FLETCHER, 1941a, p. 220).

Talvez esta seja uma de suas grandes aspirações: ele realmente quer ser o agente do progresso. Assim, agindo no comércio, na política e na diplomacia, Fletcher foi um influenciador direto para que a implantação de um barco a vapor entre Nova York e Rio de Janeiro passasse a existir a partir de 1862. Até mesmo a imprensa estadunidense registrou e destacou a significativa contribuição de Fletcher nas negociações (THE NEW YORK TIMES, 1863).

A negociação foi longa e árdua, entre um vai e vem que envolveu diversos setores da sociedade e variados interesses, tanto lá como cá. Por sua vez, essa fala de Fletcher – que mostra a competição entre EUA e Inglaterra e a expansão do comércio destes países no Brasil – revela os ideais da Doutrina Monroe. Fletcher mostra que quer a proteção dos interesses econômicos dos EUA na relação comercial com o Brasil, apartando os europeus desse processo tanto quanto fosse possível. Esse mesmo viés, aliás, se estende através das conexões que ele fez entre o agronegócio estadunidense e a agricultura brasileira, por meio de intermediação intencional de D. Pedro II, conforme se constata no diário do monarca.

O outro aspecto presente do almejado progresso envolve a Amazônia brasileira. Fletcher escreveu sobre essa questão na obra '*O Brasil e os brasileiros*', nas cartas e na imprensa. Não obstante, este é um dos seus grandes interesses, a ponto de dizer em '*O Brasil e os brasileiros*' que "a Amazônia exige um volume inteiro" na sua obra; mas, como não seria possível fazê-lo, ele se contenta em lembrar que "a presente obra ficaria incompleta sem algumas informações sobre essa porção do Império do Brasil". Não é por menos que ele cita a Amazônia ou seus termos correlatos (amazônicos, Amazonas etc.) mais de duzentas vezes nos dois volumes de seu livro (KIDDER; FLETCHER, 1941a; 1941b).

Mas qual é seu real interesse no tema? Primeiramente, parece ser pela riqueza da biodiversidade da região. Afinal, entre 1862 e 1863, representando a *American Sunday School Union*, Fletcher realizou uma viagem de aproximadamente 3.200 quilômetros pelo Rio Amazonas, colhendo material a pedido do Prof. Louis Agassiz³. Os resultados obtidos por Fletcher foram úteis para os estudos ictiológicos e observações de Agassiz na mesma região dois anos depois na 'Expedição Thayer' e na publicação do livro '*Geologia e Geografia Física do Brasil*' (1870). Dada tal importância, Gueiros (1980) afirma que a 'Expedição Thayer' foi a grande vitória de Fletcher em sua busca pelo progresso.

Em segundo lugar, Fletcher busca um progresso que perpassaria pela abertura do Rio Amazonas ao comércio e navegação internacionais. À época, o tema envolvia debates na imprensa, pois os EUA queriam a abertura, mas o Brasil ainda resistia. Nesse jogo de interesses, a opinião do missionário fica clara quando ele diz que "o Brasil, e só ele, tem o direito, de controlar os rios que estejam dentro de suas fronteiras, não importando que os mesmos nasçam ou não em outros países" (KIDDER; FLETCHER, 1941b, p. 347). Todavia, ele acrescenta que a abertura do Rio Amazonas ao comércio mundial seria de incontável benefício para o Brasil e para as nações vizinhas. Assim sendo, durante vários anos Fletcher permaneceu intensamente ativo neste debate.

Em síntese, como bem lembra James, um "fundo político e social do Brasil e dos Estados Unidos está sempre presente" (JAMES, 1952, p. 37). Essa conexão que envolve

3. Jean Louis Rodolphe Agassiz (1807 — 1873) foi um zoólogo e geólogo suíço, radicado nos EUA, notório por sua liderança na Expedição Thayer no Rio Amazonas. No entanto, Agassiz também é lembrado por suas visões associadas ao racismo científico e ao criacionismo durante o século XIX.

política, comércio, indústria, religião etc., percebida como benéfica para ambas as nações, é algo que, aparentemente, direcionava as ações de Fletcher em tudo o que ele fazia. Essa busca incansável pelo avanço do Brasil resulta, não obstante, de sua percepção de que a fé protestante e o progresso da nação eram aspectos indissociáveis. Assim, ele intensifica a dimensão civilizacional do protestantismo estadunidense que ele ajudava a trazer para o Brasil.

Acrescente-se, entretanto que, por outro lado, D. Pedro II – e alguns setores da sociedade brasileira – também se empenhava em fazer o máximo possível pelo progresso e civilização do Brasil nas mais diferentes áreas (CARVALHO, 2007). Em uma nota de seu diário, escrita em 20 de julho de 1890, o Imperador atesta que “a consciência não me acusa de poupar seja o que for para o progresso de minha Pátria” (BEDIAGA, 1999, p. 813). Essa fala demonstra que ele buscou o avanço do Brasil em seu reinado e continuou desejando o mesmo após esse período, visto que não era mais o monarca da nação.

Sabe-se que o tipo de progresso intencionado por D. Pedro II era o francês, mas, essa aproximação com Fletcher o fez ver outra possibilidade. Em 1876, ao comentar sobre uma exposição do Governo dos EUA, ele reitera que os itens que analisou “mostram à primeira vista o progresso dos Estados Unidos neste século e por décadas em todos os ramos” (BEDIAGA, 1999, p. 429). Nessa perspectiva, a amizade com Fletcher foi um meio estratégico para conquistar seus objetivos de trazer ao País um progresso aos moldes estadunidenses.

A terceira categoria presente nas cartas de Fletcher – que se vinculam ao aspecto anterior – demonstram que Fletcher procurava desenvolver e ampliar relacionamentos estratégicos entre brasileiros e norte-americanos de certa relevância social, intelectual e política. Vários personagens já foram discutidos nesta obra. Agora, cabe constatar um pouco mais dessas tramas de relações em suas cartas:

Na primeira segunda-feira após a partida do vapor inglês, **vou, com a permissão de Vossa Majestade, ao palácio com o senhor Plant, o geólogo** [Carta de 27 de julho de 1864] (JAMES, 1952, p. 110, tradução e grifo nossos).

Tenho a mais agradável lembrança da hora passada com Vossa Majestade ontem e me considero duplamente honrado em ouvir a excelente tradução de Vossa Majestade e em ser o meio de enviá-la ao Senhor Longfellow. A menção de seu nome, aliás, me faz lembrar que o senhor Longfellow esteve com **vários outros eminentes americanos, eleito Membro Honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Mas dois desses senhores (senhor Agassiz e senhor Bancroft) foram notificados de sua eleição e seus diplomas foram entregues a mim na semana passada pelo senhor Lagos. Os demais senhores são muito eminentes, como Vossa Majestade bem sabe, e viram extratos dos anais do Instituto de História e Geografia do Brasil, anunciando sua eleição. Agora, **com muita deferência, sugiro que os diplomas sejam enviados também para os outros quatro que ainda estão vivos**: a saber: Henry W. Longfellow, doutor em direito. Advogado, Cambridge, Massachusetts, Honorável Edward Everett, doutor em leis. Advogado, Boston, Massachusetts, Honorável Robert C. Winthrop, doutor

em leis. Advogado, Boston Massachusetts. O honorável Luther Bradish, o falecido presidente da New York Historical Society, está morto, mas seu sucessor, o honorável Frederick De Peyster, é o eminente defensor de Nova York que o sucede; e **espero que as relações até agora existentes entre as duas principais sociedades literárias do Novo Mundo possam continuar**, fazendo do senhor De Peyster um Membro Honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro [Carta de 4 de agosto de 1864] (JAMES, 1952, p. 52-53, tradução e grifos nossos).

Tenho grande prazer em informar a Vossa Majestade Imperial que o “Rei dos Naturalistas”, **Professor Agassiz, decidiu ir ao Brasil** para passar um ano investigando o rico tesouro de Flora, Fauna e Terra (Geologia) que se encontra em domínios de Vossa Majestade. Vossa Majestade mal pode apreciar **o grande interesse que aqui é sentido pelos homens da Ciência nesta visita** contemplada do Professor Agassiz. Todos eles sentem que Vossa Majestade tem um interesse tão profundo pela ciência que **Vossa Majestade receberá como um velho amigo aquele que o imperador francês tentou em vão tirar de nós**. Permita-me dizer que o professor **Agassiz já considera Vossa Majestade como seu amigo**. Por sugestão minha, ele escreve a Vossa Majestade [Carta de 27 de julho de 1864] (JAMES, 1952, p. 63, tradução e grifos nossos).

Claro que Vossa Majestade observou que **o Presidente dos Estados Unidos aludiu particularmente a Vossa Majestade e à expedição científica**. Esta é a primeira vez na história de nosso governo que um presidente faz alusão a uma expedição privada [Carta de 27 de janeiro de 1865/1866] (JAMES, 1952, p. 63, tradução e grifo nossos).

Nas cartas analisadas, são variadas as informações e são diversos os personagens que aparecem. O missionário demonstra ser alguém intencionalmente inserido no *lócus* social estadunidense-brasileiro, visto que continuamente procura estabelecer conexões entre as personalidades dos EUA com o Brasil e vice-versa. Não é por menos que Fletcher é também reconhecido por seu papel diplomático e político (ROSI, 2013; OLIVEIRA, 2013; MAFRA, 2022). De fato, o missionário conseguiu expandir suas influências e se tornar amigo de muitos membros da alta sociedade brasileira, entre eles, vários letrados e políticos liberais da época – como já se constatou. Além disso, a frequência constante no Palácio de D. Pedro II mostra o sucesso de sua empreitada.

Na primeira carta relacionada acima, por exemplo, surge o nome de um geólogo britânico chamado Nathaniel Plant. Aliás, Plant aparece quatro vezes nas cartas e, ao que parece, Fletcher foi o apoiador significativo do trabalho dele no Brasil e do contato direto do geólogo com o Imperador. Alguns trabalhos de geologia e paleontologia descrevem as descobertas de Plant no território brasileiro. James (1952), por exemplo, lembra que Plant escreveu um artigo que tratava do carvão brasileiro, que foi publicado na ‘Revista Geológica’, volume 6, nº 4, em 1869. Isso se coaduna com a informação de Fletcher, na carta escrita no dia 8 de julho de 1865, ao dizer que “o senhor Nathaniel Plant comentou que de bom grado desceria às suas próprias custas ao Rio Grande do Sul para expor as formações carboníferas” (JAMES, 1952, p. 86).

A segunda carta mostra mais um aspecto daquilo que Fletcher entendia como sua missão. Em 1862, ele foi eleito membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)⁴, o que é um indicativo da intensidade de seus contatos com a elite política e intelectual do País. Aliás, foi também por meio deste Instituto que ele fez seus principais contatos com estudiosos brasileiros, os quais conectou a contatos estadunidenses (OLIVEIRA, 2013). O Imperador – como um importante patrono do IHGB que recebeu o título de Protetor da instituição – incentivou e financiou pesquisas, realizou doações, cedeu espaço no Palácio Imperial para abrigar a sede do Instituto no início e presidiu mais de 500 sessões do instituto.

Fica evidente que estabelecer conexões entre a *New York Historical Society* e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, bem como entre as elites intelectuais dos EUA e do Brasil, por meio de D. Pedro II, era algo estratégico para Fletcher. Na terceira carta, o ponto alto destas conexões parece ter sido na afirmação de que o Presidente Andrew Johnson, dos EUA, falou do Brasil e de seu monarca. Essa menção, que demonstra as esperanças de melhores relações entre os EUA e o Brasil, ocorreu na primeira mensagem anual do Presidente Johnson ao Congresso dos EUA, datada de 4 de dezembro de 1865:

Nosso comércio com a América do Sul está para receber grande incremento com a linha direta de vapores para o florescente Império do Brasil. O ilustre grupo de cientistas que recentemente deixou nosso país, com o objetivo de realizar explorações científicas pelos rios e cordilheiras daquela região, recebeu do Imperador a amável acolhida que, de resto, se esperava, pela sua constante amizade pelos Estados Unidos e reconhecido zelo em promover o progresso dos conhecimentos (JOHNSON, Andrew *apud* JAMES, 1952, p. 97).

Destacam-se no discurso de Johnson o comércio entre EUA e Brasil, a linha de vapor entre as duas nações, o trabalho de cientistas estadunidenses por meio da ‘Expedição Thayer’, o apoio de D. Pedro II e o desejo pelo progresso. Sem dúvida, de forma intencional, Fletcher instigou relacionamentos que foram fundamentais na relação entre o Brasil e os EUA. E, ao que tudo indica, sua missão igualmente objetivou “protestanizar” o país sul-americano não apenas no sentido lato religioso do termo, mas, para além dele, aplicou-se também nos aspectos social, econômico e cultural, sempre, é caro, vinculado àquele termo (VIEIRA, 1980).

Por fim, ainda que em menor intensidade, ressaltam-se alguns momentos em que Fletcher procurou agendar encontros pessoais e manifestar afeto ao monarca e, por vezes, aos seus familiares. Assuntos de caráter pessoal e íntimo também aparecem, como defesas pessoais ou pedidos de desculpas por algum comportamento ou texto escrito em sua obra, como igualmente aparece uma mera informação de que esteve doente. Para além disso, alguns elogios e expressões de admiração também estão presentes (JAMES, 1952).

4. A criação do IHGB em 1838 foi motivada pela necessidade de se estabelecer uma instituição representativa da nação brasileira, recém-independente naquela época, com o propósito de realizar um papel fundamental nas atividades de caráter cultural e cívico, reunindo um vasto e significativo acervo bibliográfico, hemerográfico, arquivístico, iconográfico, cartográfico e museológico, acessível ao público ao longo de todo o ano. Além disso, o instituto promoveu conferências, exposições, cursos, congressos e outras iniciativas afins.

Na carta de 20 de julho de 1866, de forma distinta, Fletcher compartilha o luto com o Imperador ao dizer que o “Nosso Pai Celestial achou por bem remover meu mais digno pai terreno” (JAMES, 1952, p. 130). Numa carta de 19 de junho de 1868, escrita dos EUA, Fletcher demonstra um pouco desse afeto e proximidade:

Senhor, enquanto estava a caminho do vale do Mississippi, cortei do Philadelphia Bulletin o anúncio anexo da recepção entusiástica do Sr. Longfellow na Inglaterra e das honras conferidas a ele pela antiga Universidade de Cambridge (Inglaterra), a universidade onde Milton, Byron e Macaulay foram educados. Em agosto, *Deo volente* [se Deus quiser], **terei o prazer de ver Vossa Majestade in propria persona**. Trarei a Vossa Majestade uma série de novas publicações – particularmente as que dizem respeito à educação escolar comum – assunto pelo qual tenho grande interesse. Um dos motivos de minha ida ao Brasil agora é consultar Vossa Majestade sobre a educação escolar comum no Brasil e obter informações sobre a atual condição do ensino primário no Império de Vossa Majestade. Sou, como sempre, o servo obediente de Vossa Majestade, J. C. Fletcher [Carta de 19 de junho de 1868] (JAMES, 1952, p. 185-186, tradução e grifo nossos).

Espero que a prosperidade possa acompanhar o reinado de Vossa Majestade e, confio, não serei considerado intrusivo quando disser que **tanto a senhora Fletcher quanto eu nutrimos os mais calorosos sentimentos de estima e amizade por Vossas Majestades**. Temos os mais sinceros votos de que cada membro da família Imperial tenha saúde e todas as bênçãos de Deus, nosso Pai (JAMES, 1952, p. 271-272, tradução e grifo nossos).

Tanto em suas obras como em suas cartas, os encontros pessoais com D. Pedro são mencionados com certo entusiasmo por Fletcher. A liberdade de sugerir pautas a serem discutidas e a forma de expressar o desejo pelo encontro pessoal demonstram uma aparente proximidade não tão comum entre um estrangeiro e o Imperador brasileiro – ainda que Fletcher não seja o único. E quanto mais o tempo passa, mais essa intimidade afetuosa aparece e cresce.

Na carta de 12 de março de 1872, por exemplo, Fletcher não começa chamando D. Pedro II de “Sua Majestade Imperial”, como sempre fez, até então. Ele inicia seu escrito com a seguinte saudação: “A Dom Pedro de Alcântara, reverenciado e muito estimado amigo” (JAMES, 1952, p. 236). Como não poderia ser diferente, na sua última carta, escrita em 1º de janeiro de 1879, Fletcher expressa que ele e sua esposa nutrem por D. Pedro II e pela Imperatriz do Brasil, Teresa Cristina, além da estima, um sentimento verdadeiro de amizade (JAMES, 1952).

É interessante notar, por sua vez, que esse afeto não parece ser unilateral. D. Pedro II também demonstra seu interesse por Fletcher, como se constata nas menções realizadas no seu diário pessoal:

14 de abril de 1888 (sábado) (Volume 27 – viagem ao exterior) — 7h ½ Acabo de jantar com apetite. Vou falar ao Padre Tosti e a **Fletcher**. Aquele referiu-me o que tem havido entre ele e o Papa, que parece influenciado pelos jesuítas e pouco conversei com o outro que acho bem-disposto e nutrido (BEDIAGA, 1999, p. 669, grifo nosso).

22 de abril de 1888 (domingo) — (Volume 27 – viagem ao exterior) - 5h 20'
Acabo de jantar com apetite. Antes estive em San-Martino de cuja igreja gosto muito e de onde se goza de magnífica vista. Fui a San-Severo onde vi sobretudo as estátuas cobertas de véu e de rede, tudo de pedra, e ao Instituto fisiológico do professor Albini que me prometeu suas últimas publicações. De tudo falarei ainda, porque daqui a pouco parto para a estação. **Está aí Fletcher** (BEDIAGA, 1999, p. 672, grifo nosso).

De fato, entre eles se desenvolveu uma amizade que durou décadas. As cartas demonstram que assuntos pessoais, manifestação de carinho aos familiares etc. faziam parte do relacionamento entre ambos. As menções que D. Pedro II fez em seu diário mostram que até mesmo a simples presença de Fletcher nas viagens que o monarca fez pelo mundo já eram suficientes para mostrar a importância que o missionário teve em sua vida. Mesmo passados longos anos e já quase no final da trajetória de ambos, bastava ao monarca dizer “está aí Fletcher” para se perceber o afeto e a aproximação pessoal que marcou o relacionamento entre eles.

Como se percebe, Fletcher exerceu por cerca de 40 anos – em parte deste tempo no Brasil – uma missão ampla, diversa e diferenciada, realizando um trabalho que esteve para além da simples pregação evangelística. Ele realmente se percebe como alguém que foi mais que um missionário; ele se vê como um agente do progresso e, como escreve em sua carta de 21 de novembro de 1866 (JAMES, 1952), ele é “um amigo sincero do Brasil”, dos brasileiros e de seu Imperador. E nesse quesito, Fletcher, sem dúvida, foi um desbravador incansável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de Fletcher, que envolveu capelania, diplomacia, pregação, difusão da Bíblia, entre outros aspectos já relacionados, mostra o ideal de um protestantismo sob um caráter abrangente, que envolvia a busca pelo modelo de progresso estadunidense nas mais diversas áreas possíveis da sociedade brasileira oitocentista. Tal realidade estava forjada naquilo que Gilberto Freyre chamou criticamente de modo “protestante” de ser no Brasil que emergia. Fletcher, nesse sentido, exerceu um distinto papel missionário-diplomático que aproximou as duas nações e que procurou persuadir os intelectuais brasileiros sobre o diferencial dos EUA e da fé protestante. E ele almejava a colaboração deles para que essa fé adentrasse no País, trazendo, em seu bojo, todos os benefícios sociais, econômicos e comerciais possíveis.

A missão não se tornou secundária, pois, para ele, a diplomacia era parte essencial da missão. Aliás, essa visão diferenciada de Fletcher foi rejeitada por seus companheiros e ignorada por alguns historiadores – e por isso, precisa ser lembrada e destacada. Sem ele, é bem plausível imaginar que a implantação do protestantismo no Brasil teria sido mais árdua ou mais demorada. Do mesmo modo, alguns avanços sociais teriam, bem provavelmente, ocorrido mais tardiamente. Esses aspectos fazem com que Fletcher seja percebido de uma forma um pouco diferente, principalmente se for comparado com os missionários protestantes que por aqui passaram no século XIX.

Apartir de seu viés missionário civilizacional estadunidense – em que os pressupostos da ‘Doutrina Monroe’ e do ‘Destino Manifesto’ estão bem imbricados –, fica evidente que Fletcher desempenhou um trabalho distinto, através de algumas iniciativas de progresso e modernização do Brasil, associadas à presença e à penetração da fé protestante nos círculos de poder. É plausível inferir que estas ações – atreladas a outros fatores que, obviamente, não dependiam de Fletcher – tenham contribuído para que as missões protestantes se estabelecessem e tivessem a liberdade necessária para se desenvolverem no País. Reitere-se, nessa perspectiva, que, ainda que tal realidade não seja apresentada nos relatos históricos exclusivistas das denominações protestantes que aqui chegaram, não há como ignorar tais realizações.

Fletcher não deixou de ser um missionário – mesmo que com uma percepção e interpretação não tradicional do que era sua missão – ou ainda um pregador do evangelho – um evangelho que traria benefícios espirituais e materiais. Talvez, seja por isso que ele deveria estar numa categoria à parte da maior parte dos missionários que chegaram ao País naquele período. Enquanto a maioria tinha uma concepção tradicional de qual era a missão protestante, baseada na conversão das pessoas, Fletcher ansiava por uma fé que instigasse a transformação do indivíduo e da sociedade.

Nessa perspectiva, em um período em que as relações bilaterais eram praticamente insignificantes entre as duas nações, Fletcher colaborou para que o Brasil ficasse um

pouco mais conhecido nos EUA, fazendo com que este impacto se tornasse crescente e duradouro, afinal, autores do início do século XX têm Fletcher como referência. Por meio deste trabalho – e em harmonia com os outros que pesquisaram o missionário – é razoável concluir que Fletcher é um importante personagem do Segundo Reinado e da história do Brasil numa perspectiva mais ampla. Além de missionário, ele foi um estrategista e um articulador do Brasil, que contribuiu para o imaginário da Nação. Mais que um turista estadunidense ou mesmo um pastor protestante, Fletcher concedeu ao Brasil e às relações com os Estados Unidos da América uma contribuição potencializadora.

Reitere-se ainda a importante e estratégica participação de Fletcher num círculo social diferenciado, desenvolvendo amizades e relacionamentos em ambas as nações, usufruindo da influência desses amigos para a propagação do Brasil nos EUA e vice-versa. Todas estas ações estavam pautadas na finalidade de aproximar os dois países em uma relação benéfica para ambos. Afinal, ele queria o “progresso” do Brasil e o desenvolvimento comercial dos EUA.

Nesse sentido, as cartas trocadas entre Fletcher e D. Pedro II, bem como as menções ao missionário no diário de D. Pedro II, evidenciam que o relacionamento amistoso entre ambos foi o meio pelo qual, tanto um como o outro, conquistaram seus objetivos. Talvez, mais do que isso, pode-se dizer que eles se firmaram na história do Brasil e do protestantismo incipiente que aqui chegava como dois entre os importantes personagens que contribuíram para a realidade que ora existe, seja numa perspectiva social-política seja sob um viés religioso-protestante. A fé protestante e o desenvolvimento do Brasil devem um pouco de seu sucesso a este personagem da História que foi um amigo apaixonado pelo Brasil e um missionário comprometido com a sua missão.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARMAN, R. J. **O imperador cidadão e a construção do Brasil**. Tradução de Sonia Midori Yamamoto. São Paulo: UNESP, 2010.
- BASTIAN, Jean-Pierre. **História del protestantismo em América Latina**. México: Ediciones CUPSA, 1990.
- BASTIAN, Jean-Pierre (Org.). **Protestantes, liberais y francmasones: sociedades de ideas y modernidad en América Latina**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990a.
- BEDIAGA, Begonha (Org.). **Diário do Imperador D. Pedro II (1840-1891)**. Petrópolis: Museu Imperial, 1999.
- BOSCH, David J. **Missão Transformadora: mudanças de paradigma na teologia da missão**. São Leopoldo: Sinodal, 2002.
- CARVALHO, J. M. **D. Pedro II: ser ou não ser**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CÉSAR, Elben Magalhães Lenz. **História da evangelização do Brasil: dos jesuítas aos neopentecostais**. Viçosa: Ultimato, 2000.
- FLETCHER, James C. **International Relations with Brazil**. New York: John Amersman, 1865.
- FREYRE, Gilberto. "Dom Pedro II, imperador cinzento em terra de sol tropical". In: **Perfil de Euclides e outros perfis**. São Paulo: Global Editoria, 2015. Visualização online disponível em: <http://bit.ly/2weVdPo>. Acesso em: 13 out. 2023.
- FREYRE, Gilberto. **Order and Progress: Brazil from Monarchy to Republic**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1986.
- GIACOMASSI, Tiago Régio. Missões Protestantes no Brasil do Século XIX: Um Olhar Plural Sobre o Conceito de Missão na Trajetória de James Cooley Fletcher. In: **Anais do XII Eclesiocom**. Volume 5, Número 1. São Bernardo: UMESP, 2017. Disponível em: <http://portal.metodista.br/eclesiocom/2017/arquivos/missoes-protestantes-no-brasil-do-seculo-xix-um-olhar-plural-sobre-o-conceito-de-missao-na-trajetoria-de-james-cooley-fletcher>. Acesso em: 12 mar. 2023.
- GIRALDI, Luiz Antonio. **A Bíblia no Brasil Império: Como um livro proibido durante o Brasil colônia tornou-se umas das obras mais lidas nos tempos do Império**. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2012.
- GIRALDI, Luiz Antonio. **The American Bible Society in Brazil**. New York; Barueri: American Bible Society; Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.
- GONZÁLEZ, Justo L. **E Até os Confins da Terra: uma História Ilustrada do Cristianismo**. Vol. 9 - A Era dos Novos Horizontes. São Paulo: Edições Vida Nova, 2005.
- HAHN, Carl Joseph. **História do culto protestante no Brasil**. São Paulo: ASTE, 2011.

- HILL, Lawrence F. **Diplomatic Relations Between the United States and Brazil**. Durham: Duke University Press, 1932.
- JAMES, David. D. Pedro II e os Amigos da Nova Inglaterra. *In: Anuário do Museu Histórico de Petrópolis*. Vol. 13. Petrópolis: Ministério da Educação e Saúde, 1952.
- KIDDER, Daniel Parish. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil**: Rio de Janeiro e Província de São Paulo. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.
- KIDDER, Daniel Parish; FLETCHER, James Cooley. **Brazil and The Brazilians – Portrayed in Historical and Descriptive Sketches**. Philadelphia: Childs & Peterson, 1857.
- KIDDER, Daniel Parish; FLETCHER, James Cooley. **O Brasil e os Brasileiros - esboços históricos e descritivos**. Trad. de Elias Dolianti e revisão de Edgard Sussekind de Mendonça. 6.ed, v. 1, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife: Ed. Civilização Nacional. Coleção Brasileira, 1941a.
- KIDDER, Daniel Parish; FLETCHER, James Cooley. **O Brasil e os Brasileiros - esboços históricos e descritivos**. Trad. de Elias Dolianti e revisão de Edgard Sussekind de Mendonça. 6.ed, v. 2. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife: Ed. Civilização Nacional. Coleção Brasileira, 1941b.
- LÉONARD, Émile-Guillaume. **O protestantismo brasileiro**. São Paulo: ASTE, 2002.
- MAFRA, A. A construção da rede literária americanófila de D. Pedro II a partir de seus documentos de processo. **Manuscrita: Revista de Crítica Genética**, [S. l.], n. 48, p. 193-212, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/manuscrita/article/view/200840>. Acesso em: 12 mar. 2023.
- MIGUEZ BONINO, José. **Rostos do Protestantismo Latino-Americano**. São Leopoldo: Sinodal, 2002.
- OLIVEIRA, Débora Villela de. **A “sólida e estável” monarquia nos trópicos: imagens sobre o Brasil e os brasileiros no livro *Brazil and The Brazilians - Portrayed in Historical and Descriptive Sketches*, de Kidder e Fletcher, 1857**. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- REILY, Duncan. **A história documental do protestantismo no Brasil**. São Paulo: ASTE, 2003.
- RIBEIRO, Boanerges. **Protestantismo e Cultura Brasileira: Aspectos Culturais da Implantação do Protestantismo no Brasil**. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1981.
- RIBEIRO, Boanerges. **Protestantismo no Brasil Monárquico**. aspectos culturais de aceitação do protestantismo no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1973.
- ROSI, Bruno Gonçalves. **Atuação de missionários das Igrejas Presbiterianas dos Estados Unidos no Brasil entre 1859 e 1888 e seu papel nas relações entre os dois países**. Rio de Janeiro, 2009. 231p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- ROSI, Bruno Gonçalves. James Cooley Fletcher, o missionário amigo do Brasil. **Almanack**, [S. l.], n. 5, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/alm/article/view/13322> Acesso em: 12 mar. 2023.

SOUSA, J. R. de; SANTOS, S. C. M. dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 1396–1416, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31559>. Acesso em: 2 ago. 2023.

SOUZA, M. P. de. D. Pedro II, o Oriente e os protestantes: o Imperador viajante e religioso em perspectiva. **PLURA**, Revista de Estudos de Religião, [S. l.], v. 9, n. 2, jul-dez, p. 50–84, 2018. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/view/1519>. Acesso em: 12 mar 2023.

THE NEW YORK TIMES. Steam communication with Brazil; Interesting address by Rev. J. C. Fletcher, before the Boston Board of Trade. **New York Times**, New York, August 14th, 1863. Disponível em: <http://www.nytimes.com/1863/08/14/news/steam-communication-with-brazil-interesting-address-rev-jc-fletcher-before.html>. Acesso em: 21 mar. 2024.

VIEIRA, David Gueiros. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

WIRTH, Lauri Emilio. Protestantismos latino-americanos: entre o imaginário eurocêntrico e as culturas locais. **Estudos da Religião**, Ano XXII, n. 34, p. 105-125, jan/jun, 2008.

ACYR DE GERONE JUNIOR - graduou-se em Teologia pelo Seminário Teológico Betânia, de Curitiba e pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Possui MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e MBA em Propaganda, Marketing e Comunicação Integrada pela Universidade Estácio de Sá (UNIESA). É pós-graduado em Projetos Sociais no Terceiro Setor pela Faculdade Teológica Batista do Paraná (FTBP) e em Ciências da Religião pela Faculdade Entre Rios (FAERPI). É mestre em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Realizou estágio de pós-doutorado na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). É pastor, professor e escritor de artigos e livros nas áreas da educação, sociologia, missão, teologia, história e gestão.

O Imperador e o Missionário

A amizade de D. Pedro II e J. C. Fletcher
registrada em cartas e diários

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2024

O Imperador e o Missionário

A amizade de D. Pedro II e J. C. Fletcher
registrada em cartas e diários

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br